

ATA DA REUNIÃO DE 29.12.2017

b
x**ATA N.º 25/2017**

Aos vinte e nove dias do mês de dezembro do ano dois mil e dezassete, nesta Vila e Sala de Reuniões dos Paços do Município de Mafra, reuniu-se a Câmara Municipal, sob a presidência de Hélder António Guerra de Sousa Silva, Presidente da Câmara, estando presentes os Vereadores Joaquim Francisco da Silva Sardinha, Rogério Monteiro da Costa, Aldevina Maria Machado Rodrigues, Hugo Manuel Moreira Luís, Sérgio Alberto Marques dos Santos, Célia Maria Duarte Batalha Fernandes, José António Paulo Felgueiras e Lúcia Maria Quitério da Silva Bonifácio de Carvalho. Assistiu à reunião Milene Alexandre Mourato Leitão Vieira, Licenciada em Direito, Chefe de Divisão de Recursos Humanos, em substituição da Diretora de Departamento de Administração Geral e Finanças, Ana Maria Ferreira Loureiro Pereira Viana Taborda Barata. Da reunião consta a seguinte ordem de trabalhos: I – **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: 1.** Competência delegada e subdelegada, **2.** Intervenção dos membros do Executivo e assuntos para conhecimento. II – **ORDEM DO DIA: 1. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS: 1.1** Alargamento do Horário dos Estabelecimentos na Passagem de Ano 2017/2018; **1.2.** Protocolo entre o Município de Mafra e a Predominante Azul – Associação de Nadadores Salvadores; **1.3.** Adesão da Assembleia Municipal de Mafra à Associação Nacional das Assembleias Municipais – Ratificação de despacho; **1.4.** Aquisição de participação social na sociedade da AdTA - Águas do Tejo Atlântico S.A.; **1.5.** Processo Disciplinar n.º 9.1.3/2017/2; **2. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO: 2.1.** Fábrica da Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Encarnação e São Domingos – Apoio financeiro; **2.2.** Fábrica da Igreja Paroquial de São Miguel de Alcainça – Apoio financeiro; **2.3.** Associação Cultural e Desportiva do Bocal – Apoio financeiro; **2.4.** Clube Naval da Ericeira – Apoio financeiro; **2.5.** Grupo Desportivo União Ericeirense – Apoio financeiro; **2.6** Paróquia de N.ª Sra. da Assunção da Enxara do Bispo – Apoio financeiro; **2.7.** Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Mafra – Atribuição de Fundo de Maneio; **3. DIVISÃO DE SEGURANÇA E PROTEÇÃO CIVIL: 3.1.** Bombeiros Voluntários de Mafra - Comparticipação Financeira. -----

--- **ABERTURA DA REUNIÃO:** -----

--- Verificando-se a existência de quórum foi declarada aberta a reunião quando eram nove horas e trinta e cinco minutos. -----

--- **I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

--- Neste período foram tratados os seguintes assuntos: -----

--- **1. COMPETÊNCIA DELEGADA E SUBDELEGADA:** -----

--- O Presidente da Câmara deu informação sobre as decisões proferidas por si e pelo Vereador Hugo Manuel Moreira Luís, no uso das competências delegadas e subdelegadas, conforme listagens em anexo (ANEXOS I E II). -----

--- **2. INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO E ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO:** -----

--- **INTERVENÇÕES:** -----

--- **DO PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

--- O Presidente começou por dar nota dos eventos realizados no Concelho de Maфра: inauguração do Posto Territorial da Ericeira da GNR, no 15 de dezembro; in'Natalis – Grupo Vocal Arsis e Célia Tavares, órgão, também no dia 15 de dezembro, na Igreja de N.ª Senhora da Encarnação; ainda no âmbito do programa in'Natalis – Liedertrio, no dia 16 de dezembro, na Igreja de São Miguel de Alcaíça e, neste mesmo dia, o Grupo Coral de Maфра, atuou na Igreja de São Paulo, Malveira; realização do Concerto de Natal a seis órgãos com a participação da Academia de Música de Santa Cecília, nos dias 16 e 17 de dezembro, na Basílica do Palácio Nacional de Maфра; in'Natalis - Coro Públia Hortênsia e Célia Tavares, órgão, concerto que se realizou a 16 de dezembro, na Igreja de São Pedro, Ericeira; in'Natalis - Coro Regina Coeli, a 17 de dezembro na Igreja de São Miguel do Milharado; in'Natalis – Studio Conducere, no 17 de dezembro na Igreja de Nossa Senhora do Ó, Carvoeira; in'Natalis - Coro de Câmara Outros Cantos, no dia 17 de dezembro, na Igreja de Nossa Senhora do Rosário, Vila Franca do Rosário. Mais informou que o Presidente da República apresentou as Boas Festas ao Corpo Diplomático no dia 19 de dezembro, com um concerto a seis órgãos na Basílica de Maфра, e que o evento “Natal chegou à vila” terminou a 23 de dezembro. -----

--- Seguidamente, informou sobre os próximos eventos: os festejos de fim de ano 2017/ 2018 na Ericeira, a realizar nos dias 29 e 30 de dezembro, com *street food*, animação de rua e DJ, e no dia 31 de dezembro com *street food*, animação de rua, DJ, concertos e fogo de artifício; Maфра Foot, dia 6 de janeiro às 10h00, Urban Park –

ATA DA REUNIÃO DE 29.12.2017

Mafra; Futebol Juniores – 1.ª fase do Campeonato de Portugal – CD Mafra x Tojal, dia 6 de janeiro às 15h00, no Estádio do Parque Desportivo Municipal de Mafra; Concerto de Reis, pela Banda da Sociedade Filarmónica 1.º de Dezembro da Encarnação, dia 6 de janeiro, às 21h00, na Igreja de Nossa Senhora da Encarnação; ação de formação de treinadores de Judo, no dia 7 de janeiro, às 9h00, no Pavilhão do Parque Desportivo Municipal de Mafra; Concerto de Reis a 6 órgãos, dia 7 de janeiro, às 21h30, na Basílica do Palácio Nacional de Mafra. -----

--- **DO VEREADOR ROGÉRIO COSTA:** -----

--- O Vereador Rogério Costa começou por referir que, sendo esta a última reunião de 2017, pretende efetuar uma breve análise, tendo verificado que este ano não passou de “mais do mesmo” por parte da gestão municipal do executivo PPD/PSD, o qual, ainda que legitimamente consagrado pelo voto popular, considera não ter de fazer tudo o que quer, esquecendo-se, por vezes, que existe uma oposição que, de uma maneira geral e falando na sua pessoa, tenta ser construtiva e nunca só do contra. Evidenciou que, para o ano de 2018, prosseguirá a defesa dos munícipes, com a redução do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), a atribuição de livros gratuitos até ao 12.º ano, a melhoria da rede de transportes, a redução dos preços das portagens e a redução da fatura da água, culminando com a criação dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento. Desejou, a todos os Vereadores, um feliz ano de 2018 e bom trabalho. --

--- **DO PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

--- O Presidente agradeceu os votos de um bom ano novo e aditou que dois grandes objetivos já foram concretizados, nomeadamente em matéria de gratuidade dos manuais escolares e de redução da fatura da água e saneamento, já a partir do dia 1 de janeiro próximo. No que respeita à redução do preço das portagens da A8 e também na A21, em especial no troço Malveira/ Venda do Pinheiro, informou que, como é do conhecimento, a Câmara Municipal já requereu junto do Ministro e do Secretário de Estado da tutela, mas que, estando o Partido Socialista no Governo, os Vereadores deste Partido poderão, através dos seus canais, também diligenciar no sentido da concretização deste objetivo que é partilhado pelos mafrenses. -----

--- **DO VEREADOR SÉRGIO SANTOS:** -----

A
2

--- O Vereador Sérgio Santos começou por salientar que ontem, na sessão da Assembleia Municipal, ficou bem patente e esclarecida a posição do Partido Socialista, quanto ao resgate e municipalização da água e saneamento. Declarou que estarão sempre ao lado dos trabalhadores e dos munícipes. -----

--- Solicitou informações sobre em que fase se encontra o processo relativo ao infeliz acidente, do qual resultou o falecimento de um trabalhador, ocorrido aquando das obras do Parque Intermodal do Alto da Vela, em Mafra.-----

--- Por último, desejou a todos os trabalhadores da Câmara Municipal, ao Presidente e aos Vereadores, assim como a todos os munícipes, que o ano de 2018 possa ser melhor que 2017 e, assim, sejam concretizados todos os desejos. -----

--- **DO PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

--- O Presidente agradeceu as palavras e frisou que já ontem, em sede da Assembleia Municipal, teve oportunidade de salientar que saúda a sintonia do Executivo do PSD e do PS nesta matéria. Mais referiu que, também ontem, assistiu a uma inflexão da parte da CDU, que anteriormente tinha votado contra e que agora se absteve. -----

--- Quanto ao acidente ocorrido no Parque Intermodal em Mafra, deu informação que na altura foi instaurado, internamente, um inquérito preliminar, tendo sido concluído não ter existido negligência por parte dos trabalhadores da Câmara Municipal. Mais informou que, até agora, esta Câmara Municipal não recebeu mais nenhuma notificação por parte das autoridades competentes nesta matéria. -----

--- **DO VEREADOR SÉRGIO SANTOS:** -----

--- O Vereador Sérgio Santos solicitou que o inquérito interno, desenvolvido nesta Câmara sobre o acidente ocorrido, ficasse disponível para sua consulta daqui a 15 dias.-----

--- **DO PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

--- O Presidente respondeu que, caso pretendesse, o processo poderia ser consultado de imediato ou antes dos 15 dias, dando instruções à Chefe de Divisão de Recursos Humanos, Dra. Milene Alexandre Mourato Leitão Vieira, nesse sentido. -----

--- O Presidente deu nota que esta Câmara tem estado empenhada na implementação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), o qual esteve primariamente previsto entrar em funcionamento no início de 2017 e depois foi adiado para 1 de janeiro de 2018. Informou que ontem, no final do dia, através de circular emitida pelo Secretário de Estado das Autarquias Locais e divulgada pela DGAL em 28 de dezembro de 2017, teve conhecimento de que foi prorrogado por

ATA DA REUNIÃO DE 29.12.2017

mais um ano o prazo estabelecido no artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, 11 de setembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro. Declarou lamentar este adiamento na implementação desta importante reforma da gestão financeira, tanto mais que os serviços municipais se empenharam para assegurar todas as condições técnicas e operacionais necessárias para iniciar em janeiro de 2018, pelo que esta reversão implica vários constrangimentos. Acrescentou que, na sua opinião, a DGAL deveria ter dado instruções para que as entidades que estivessem aptas para trabalhar com o novo sistema pudessem avançar. -----

--- O Vereador Sérgio Santos fez suas as palavras proferidas pelo Presidente, considerando que, se o trabalho de base está feito, então o caminho só pode ser o da implementação. -----

--- O Vereador Hugo Moreira Luís aditou que esta reforma das contas públicas, com a consequente desburocratização, é do interesse de todos os portugueses, pelo que é tempo que a mesma seja posta em prática, já que é desta forma que se saberá, efetivamente, quanto vale o Estado. Mais aditou que, para além da garantia das condições técnicas, os trabalhadores municipais estavam envolvidos e até mesmo motivados nesta implementação, até porque nada fazia prever este adiamento. Informou que, inclusivamente, durante nove meses existiram entidades-piloto das autarquias locais e de outros subsectores do Estado que estiveram em reporte para as entidades responsáveis e que se realizaram reuniões e conferências, onde estiveram presentes as várias entidades envolvidas nesta matéria, sem que ninguém tivesse manifestado que não havia interesse no prosseguimento da reforma, muito pelo contrário. Por fim, referiu que, no seu entendimento, e atendendo à dedicação, empenho e capacidade de inovação dos trabalhadores municipais, Mafra estaria em condições para avançar com esta reforma. -----

--- O Presidente da Câmara concluiu, dizendo que, reunidas as condições técnicas e operacionais, Mafra pretende implementar o SNC-AP, o que mereceu a concordância de todos os Vereadores. -----

--- **II – ORDEM DO DIA:** -----

--- Em conformidade com a ordem do dia foram analisados os seguintes assuntos: ----

Handwritten signature/initials

1. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS: -----

1.1. ALARGAMENTO DO HORÁRIO DOS ESTABELECIMENTOS NA PASSAGEM DE ANO 2017/2018:-----

--- Presente em anexo, a Informação Interno/2017/17648, elaborada em 20 de dezembro corrente na Área de Licenciamentos Diversos, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância da Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Património e da Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças, ambas datadas de 21 de dezembro, bem como o despacho de concordância do Vereador Hugo Moreira Luís datado da mesma data (ANEXO III).-----

--- O Presidente aditou que esta é uma medida já tomada nos últimos anos, propondo-se o alargamento de horário, na noite de passagem de ano, para todos os estabelecimentos de restauração e similares, não só localizados na orla costeira, mas também em todo o Concelho, de modo a promover a dinâmica económica. -----

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, em conformidade com o n.º 1 do artigo 9.º do Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Concelho de Mafra, tendo presente os pareceres favoráveis prestados pelo Serviço de Polícia Municipal e Juntas de Freguesia da Ericeira e Encarnação e a Informação supra referida, para a qual se remete, alargar os horários de funcionamento de todos os estabelecimentos de restauração e bebidas e estabelecimentos de restauração e bebidas com espaço para dança ou salas destinadas a dança, existentes no concelho, para o dia 31 de dezembro de 2017, até às 3:00 horas e 6:00 horas da madrugada do dia 1 de janeiro de 2018, respetivamente. -----

1.2. PROTOCOLO ENTRE O MUNCÍPIO DE MAFRA E A PREDOMINANTE AZUL - ASSOCIAÇÃO DE NADADORES SALVADORES:-----

--- Presente, em anexo, proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra, datada de 22 de dezembro de 2017, devidamente instruída com a documentação referente à celebração de Protocolo de Cedência de Instalações do Parque Desportivo Municipal de Mafra à Predominante Azul-Associação de Nadadores-Salvadores (ANEXO IV).-----

--- A Vereadora Célia Batalha Fernandes aditou que a Associação Predominante Azul, constituída pelos Bombeiros Voluntários da Ericeira, tem como objetivo a formação de nadadores-salvadores, que depois poderão ser contratados pelos concessionários para

ATA DA REUNIÃO DE 29.12.2017

vigilância, segurança e salvamento nas praias deste Concelho. Com a assinatura do protocolo, pelo período de vigência de três anos, é pretendido que seja disponibilizada, pela Câmara, uma sala de formação no Parque Desportivo Municipal em Mafra, bem como a utilização das piscinas ali existentes, para a realização de dois cursos de nadadores-salvadores, com início no próximo ano, bem como a atribuição de uma comparticipação municipal, no valor de 100 euros por formando que complete a formação e que contratualize com os concessionários das praias do Concelho de Mafra, no período de época balnear, sob pena de, caso não se concretize, a quantia seja devolvida à Câmara. Concluindo, disse que o objetivo é garantir que, a tempo do início da época balnear, estejam garantidas condições de segurança, verificando-se disponibilidade de profissionais adequadamente formados. -----

--- O Vereador Rogério Costa questionou se será aberto concurso público. Atendendo a que o período de vigência do protocolo é de três anos, perguntou se estes nadadores-salvadores terão de garantir exclusividade e se, pelo facto da Câmara Municipal participar o curso, estes ficam vinculados aos espaços balneares concessionados neste Concelho.-----

--- O Presidente informou que as inscrições seriam abertas a partir de 8 de janeiro próximo e a situação de vinculação também estava expressa no protocolo.-----

--- O Vereador Rogério Costa referiu que, no decorrer da época balnear, ao frequentar a piscina exterior do Parque Desportivo Municipal de Mafra, verificou que tem um número muito elevado de utentes, quer do Concelho de Mafra, quer de Concelhos limítrofes, questionando se a mesma não poderia ser alargada, dada a afluência. -----

--- O Presidente confirmou que aquele espaço regista um elevado número de utentes, acrescido das crianças que frequentam as Atividades nas Interrupções Letivas do Verão. Informou que está em estudo a ampliação do logradouro, de forma a melhorar as condições de permanência e circulação dos utentes. -----

--- Atenta a proposta apresentada, cujos fundamentos se dão por integralmente reproduzidos, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal, ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 2.º, do n.º 1 e das alíneas a) e d) do n.º 2 do artigo 23.º, e das alíneas o), p) e u), do n.º 1 do artigo 33.º, todos do Anexo I à Lei n.º

7

75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual, deliberou, por unanimidade, aprovar a celebração do Protocolo de Cedência de Instalações do Parque Desportivo Municipal de Mafra à Predominante Azul-Associação de Nadadores-Salvadores, conforme documento em anexo, que se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais.-----

--- 1.3. ADESÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MAFRA À ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO:----

--- Presente, em anexo, despacho subscrito pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra, datado de 22 de dezembro de 2017, devidamente instruído com a documentação referente à adesão da Assembleia Municipal de Mafra à Associação Nacional das Assembleias Municipais (ANAM) (ANEXO V).-----

--- Atento o despacho apresentado, cujos fundamentos se dão por integralmente reproduzidos, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal, ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 253.º da Constituição da República Portuguesa, da Lei n.º 54/98 de 18 de agosto, do artigo 25.º, n.º 2, alínea k) e do artigo 35.º, n.º 3, ambos do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, deliberou, por unanimidade, ratificar a submissão à apreciação da Assembleia Municipal de Mafra da adesão do Município de Mafra à Associação Nacional das Assembleias Municipais (ANAM), conforme documento em anexo, que se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais.-----

--- 1.4. AQUISIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA SOCIEDADE DA ADTA - ÁGUAS DO TEJO ATLÂNTICO, S.A.:-----

--- Presente, em anexo, proposta subscrita pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Mafra, datada de 22 de dezembro de 2017, devidamente instruída com a documentação referente à aquisição de 50.000 (cinquenta mil) ações, pelo valor nominal de € 1,00 (um euro), no valor de € 50.000,00 (cinquenta mil euros), da sociedade da AdTA - Águas do Tejo Atlântico, S.A. e celebração do respetivo contrato-promessa de compra e venda de ações (ANEXO VI).-----

--- O Vice-Presidente lembrou a reorganização do setor de abastecimento de água e saneamento que o XIX Governo Constitucional efetuou, agregando sistemas em alta, sendo que Mafra ficou integrado num sistema que abarcava cerca de 89 municípios. Referiu que este Governo reverteu o processo, fazendo com que a empresa gestora fosse de menor dimensão, sendo que também o modelo de governação foi alterado, contemplando a extinção do Conselho Consultivo, o que significa que o Município de

ATA DA REUNIÃO DE 29.12.2017

Mafra deixou de ter representação. Assim, e estando reunidas as condições de aceitação por parte da empresa AdTA – Águas do Tejo Atlântico, SA, já consultada, a proposta que se apresenta é a de aquisição de cinquenta mil ações próprias pelo valor nominal de um euro, totalizando cinquenta mil euros, de modo a garantir tal representação na Assembleia Geral e que, dessa forma, o Município de Mafra possa ter capacidade de influência na defesa dos interesses municipais. -----

--- Atenta a proposta apresentada, cujos fundamentos se dão por integralmente reproduzidos, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal, ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 4 do artigo 4.º, e 8.º do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, do artigo 6.º dos Estatutos da Águas do Tejo Atlântico, S.A., da alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual e do disposto no artigo 53.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, conjugado com a alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, deliberou, por unanimidade, aprovar a aquisição de 50.000 (cinquenta mil) ações, pelo valor nominal de € 1,00 (um euro), no valor de € 50.000,00 (cinquenta mil euros) da sociedade da AdTA - Águas do Tejo Atlântico, S.A. e a celebração do respetivo contrato-promessa de compra e venda de ações, e a consequente submissão dos mesmos à Assembleia Municipal, conforme documento em anexo, que se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais.-----

--- **1.5. PROCESSO DISCIPLINAR N.º 9.1.3/2017/2:-----**

--- Presente, em anexo, Relatório Final, referente ao Processo Disciplinar n.º 9.1.3/2017/2, subscrito pela respetiva Instrutora em 15 de dezembro de 2017.-----

--- A pedido do Presidente da Câmara Municipal, a Chefe de Divisão de Recursos Humanos, Dra. Milene Alexandre Mourato Leitão Vieira, efetuou uma súmula dos factos e das infrações constantes no processo, assim como da proposta de pena a aplicar.----

--- Após análise do Relatório Final do Processo Disciplinar n.º 9.1.3/2017/2, e por escrutínio secreto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, atentos os fundamentos de facto e de direito plasmados no mencionado relatório, que se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, aplicar à Trabalhadora n.º 1525, Sara Filipa das Neves Delgado Guerreiro, Assistente Técnica, e à trabalhadora

2

n.º 1444, Filipa Alexandra Duarte dos Santos, Assistente Operacional, da Câmara Municipal de Mafra, a pena disciplinar de repreensão escrita, prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 180.º e no n.º 1 do artigo 181.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, por violação, através da conduta descrita, do dever geral de zelo, nos termos do n.º 1, da alínea e) do n.º 2 e do n.º 7, todos do artigo 73.º da LGTFP.-----

--- 2. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO: -----

--- 2.1. FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE NOSSA SENHORA DA ENCARNAÇÃO E SÃO DOMINGOS - APOIO FINANCEIRO: -----

--- Presente, em anexo, a Informação Interno 2017/17725, elaborada em 20 de dezembro de 2017, na Divisão de Ação Social e Apoio Institucional, sobre a qual recaiu o parecer de concordância da Diretora de Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico, bem como o despacho de concordância da Vereadora Aldevina Rodrigues, ambos datados de 22 de dezembro corrente, devidamente instruída com a Informação de Cabimento n.º 3176 de 22 de dezembro de 2017 (ANEXO VII).-----

--- A Vereadora Aldevina Machado Rodrigues aditou que o valor proposto, como comparticipação municipal, se destina a apoiar obras a nível do telhado da igreja, que se encontra deteriorado, causando infiltrações que colocam em risco a integridade dos restauros realizados já no interior da mesma.-----

--- Atenta a Informação prestada, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos do disposto nas alíneas o) e t) do n.º 1, do artigo 33.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, atribuir uma verba no valor de 10 000 € (dez mil euros) à Fábrica da Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Encarnação e São Domingos com vista a apoiar as obras de restauro do telhado da Igreja de Nossa Senhora da Encarnação.-----

--- 2.2. FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE SÃO MIGUEL DE ALCAINÇA - APOIO FINANCEIRO:-----

--- Presente, em anexo, a Informação Interno 2017/17728, elaborada em 21 de dezembro de 2017, na Divisão de Ação Social e Apoio Institucional, sobre a qual recaiu o parecer de concordância da Diretora de Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico, bem como o despacho de concordância da Vereadora Aldevina

ATA DA REUNIÃO DE 29.12.2017

X

Rodrigues, ambos datados de 22 de dezembro corrente, devidamente instruída com a Informação de Cabimento n.º 3177 de 22 de dezembro de 2017 (ANEXO VIII). -----

--- A Vereadora Aldevina Machado Rodrigues acrescentou que, no sentido de preservar esta Igreja, como exemplo do património histórico e religioso, são necessárias obras de requalificação, para as quais a Fábrica da Igreja Paroquial de São Miguel de Alcaíça solicita o apoio desta Câmara Municipal, propondo-se a atribuição de verba no valor de vinte mil euros. -----

--- O Presidente aditou que esta Igreja irá receber, no próximo ano, a imagem de N.ª Sra. da Nazaré. Informou que, para além da recuperação desta Igreja, com valor histórico em termos do seu portal e da azulejaria, se pretende promover a requalificação do adro e a recuperação da Capela do Espírito Santo, que se está a deteriorar, devido à pressão exercida por grandes raízes de plátanos.-----

--- Atenta a Informação prestada, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos do disposto nas alíneas o) e t) do n.º 1, do artigo 33.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, atribuir uma verba no valor de 20 000 € (vinte mil euros) à Fábrica da Igreja Paroquial de São Miguel de Alcaíça com vista a apoiar as obras de requalificação da igreja.-----

--- O Presidente da Câmara solicitou, ainda, autorização que fosse analisado de imediato o assunto referente ao ponto 2.6., atendendo a ser relacionado com arranjo de igreja. Nada havendo a opor, passou-se de imediato à análise do ponto.-----

--- **2.6. PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DE ASSUNÇÃO DA ENXARA DO BISPO**
- APOIO FINANCEIRO:-----

--- Presente, em anexo, a Informação Interno 2017/17729, elaborada em 20 de dezembro de 2017, na Divisão de Ação Social e Apoio Institucional, sobre a qual recaiu o parecer de concordância da Diretora de Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico, bem como o despacho de concordância da Vereadora Aldevina Rodrigues, ambos datados de 22 de dezembro corrente, devidamente instruída com a Informação de Cabimento n.º 3181 de 22 de dezembro de 2017 (ANEXO IX).-----

--- A Vereadora Aldevina Machado Rodrigues aditou que é proposta a atribuição de

uma comparticipação financeira, no valor de € 7.5000,00, para proceder à realização de obras de restauro, devido a várias infiltrações na Capela do Espírito Santo, localizada na Enxara do Bispo, a qual constitui um valioso exemplar de arquitetura. ---

--- Atenta a Informação prestada, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos do disposto nas alíneas o) e t) do n.º 1, do artigo 33.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, atribuir uma verba no valor de 7 500€ (sete mil e quinhentos euros) à Paróquia de Nossa Senhora de Assunção da Enxara do Bispo, com vista a apoiar as obras de restauro da Capela do Espírito Santo.-----

--- O Presidente solicitou autorização que fossem analisados os assuntos referentes aos pontos 2.3. e 2.5., dado estarem relacionados com apoios financeiros a clubes desportivos. Nada havendo a opor, passou-se à análise conjunta dos pontos 2.3. e 2.5.

--- **2.3. ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DESPORTIVA DO BOCAL - APOIO FINANCEIRO:-----**

--- Presente, em anexo, a Informação Interno 2017/17718, elaborada em 21 de dezembro de 2017, na Divisão de Ação Social e Apoio Institucional, sobre o qual recaiu parecer de concordância da Diretora de Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico, bem como o despacho de concordância da Vereadora Aldevina Rodrigues, ambos datados de 22 de dezembro corrente, devidamente instruída com a Informação de Cabimento n.º 3178 de 22 de dezembro de 2017 (ANEXO X).-----

--- **2.5. GRUPO DESPORTIVO UNIÃO ERICEIRENSE - APOIO FINANCEIRO:-----**

--- Presente, em anexo, a Informação Interno 2017/17730, elaborada em 21 de dezembro de 2017, na Divisão de Ação Social e Apoio Institucional, sobre o qual recaiu parecer de concordância da Diretora de Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico, bem como o despacho de concordância da Vereadora Aldevina Rodrigues, ambos datados de 22 de dezembro corrente, devidamente instruída com a Informação de Cabimento n.º 3180 de 22 de dezembro de 2017 (ANEXO XI).-----

--- A Vereadora Aldevina Machado Rodrigues informou que a Associação Cultural e Desportiva do Bocal serve toda a zona da antiga Freguesia de Santo Estêvão das Galés, onde são desenvolvidas várias modalidades, tais como futebol, atletismo e aeróbica. No que se refere ao futebol, informou que a equipa desta associação joga no campeonato da Associação de Futebol de Lisboa, existindo ainda o objetivo de alargar esta modalidade aos escalões mais jovens. Deu nota de que a referida associação tem por aspiração a colocação de um relvado sintético no seu campo de futebol, de modo a

ATA DA REUNIÃO DE 29.12.2017

garantir as adequadas condições para a prática desportiva, pelo que se propõe um apoio no valor de setenta mil euros. -----

--- No que respeita ao Grupo Desportivo União Ericeirense (GDUE), a Vereadora Aldevina Machado Rodrigues informou que esta é uma associação desportiva muito dinâmica, que oferece várias modalidades, reunindo cerca de 480 atletas e 1300 associados. Deu nota de que este Grupo informou que o relvado sintético já não se encontra das melhores condições, necessitando de ser substituído, pelo que se propõe a atribuição de uma comparticipação financeira no valor de setenta e cinco mil euros. -

--- O Presidente acrescentou que os primeiros relvados sintéticos instalados no Concelho de Mafra, com o apoio desta Câmara Municipal, têm mais de 15 anos, apresentando desgaste e necessitando de ser substituídos. Da reunião havida com os clubes aquando da assinatura de protocolos no âmbito do Programa de Apoio ao Associativismo, foi declarada a disponibilidade de apoiar estes clubes com um valor máximo de setenta e cinco mil euros, sendo o remanescente suportado com verbas próprias de cada clube. Assim, explicou que este é o caso do GDUE, sendo que o caso da Associação Cultural e Desportiva do Bocal é uma aspiração desde há longa data, verificando-se que na antiga Freguesia de Santo Estêvão das Galés não existe nenhum outro espaço desportivo com relva natural ou artificial. -----

--- O Vereador Rogério Costa salientou que o seu sentido de voto iria ser a favor, mas que, sendo conhecedor do campo do Bocal, considera que a sua localização não é a mais funcional para dar apoio a toda a Freguesia. -----

--- O Presidente respondeu que, não obstante esta localização, o referido campo tem tido uma utilização regular, constituindo um polo de atratividade do Concelho de Mafra, mas também de populações de Concelhos limítrofes. -----

--- O Vereador Sérgio Santos informou que é sempre agradável melhorar os parques desportivos e, assim, criar condições para quem pratica atividade física. No entanto, questionou qual a abrangência populacional do campo de Bocal e, considerando que nele são habitualmente realizadas as festas da aldeia, se as populações dispõem de um espaço alternativo, uma vez que, com a instalação de relva sintética, as mesmas não poderão ali decorrer. Por último, perguntou qual o valor atribuído para o relvado

2 X
sintético do campo do Barril. -----

--- O Presidente informou, no caso da intervenção no Barril, foram efetuadas obras de desaterro para alargamento do campo, construção de infraestrutura elétricas e reformulação da rede de água, para além da colocação do relvado sintético. Mais informou que foram atribuídos 95 mil euros, mas que foi efetuada uma candidatura para financiamento pela DGAL. No caso do Bocal, deu nota de que se verificou o cuidado de solicitar parecer à Federação Portuguesa de Futebol para saber se o campo era homologável, considerando as suas menores dimensões, que também explicam o facto da proposta de apoio ser de setenta mil euros. No que respeita à realização das festas, informou que a direção da associação está consciente das limitações associadas à utilização do relvado sintético, pelo que terão de encontrar outras opções. -----

---- **2.3. ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DESPORTIVA DO BOCAL - APOIO FINANCEIRO:-----**

--- Atenta a Informação prestada, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos do disposto nas alíneas o) e u) do n.º 1, do artigo 33.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, atribuir uma verba no valor de 70 000 € (setenta mil euros) à Associação Cultural e Desportiva do Bocal, com vista a apoiar a colocação de relvado sintético.-----

--- **2.5. GRUPO DESPORTIVO UNIÃO ERICEIRENSE - APOIO FINANCEIRO: -----**

--- Atenta a Informação prestada, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos do disposto nas alíneas o) e u) do n.º 1, do artigo 33.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, atribuir uma verba no valor de 75 000 € (setenta e cinco mil euros) ao Grupo Desportivo União Ericeirense, com vista a apoiar a colocação de relvado sintético.-----

--- **2.4. CLUBE NAVAL DA ERICEIRA - APOIO FINANCEIRO:-----**

--- Presente, em anexo, a Informação Interno 2017/17724, elaborada em 21 de dezembro de 2017, na Divisão de Ação Social e Apoio Institucional, sobre o qual recaiu parecer de concordância da Diretora de Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico bem como o despacho de concordância da Vereadora Aldevina Rodrigues, ambos datados de 22 de dezembro corrente, devidamente instruída com a Informação de Cabimento n.º 3179 de 22 de dezembro de 2017 (ANEXO XII).-----

ATA DA REUNIÃO DE 29.12.2017

--- A Vereadora Aldevina Machado Rodrigues acrescentou que o valor proposto para apoio é de € 4.165,65, conforme solicitado pela entidade em apreço, destinando-se à construção de um segmento com cerca de setenta metros para contenção de areias, que, na época de inverno, afetam a área da placa e condicionam a circulação das embarcações de pesca e recreio.-----

--- O Presidente aditou que esta é uma obra conjunta, liderada pelo Clube Naval da Ericeira, com o apoio financeiro da Doca Pesca e, em caso de aprovação, também desta Câmara Municipal. -----

--- Atenta a Informação prestada, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos do disposto nas alíneas o) e u) do n.º 1, do artigo 33.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, atribuir uma verba no valor de 4.165.65 € (quatro mil cento e sessenta e cinco euros e sessenta e cinco cêntimos) ao Clube Naval da Ericeira, com vista a apoiar a realização de obras.-----

--- 2.7. COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE MAFRA - ATRIBUIÇÃO DE FUNDO DE MANEIO: -----

--- Presente, em anexo, a Informação Interno 2017/17737, elaborada em 20 de dezembro de 2017, na Divisão Chefe de Divisão de Ação Social e Apoio Institucional, sobre a qual recaiu o parecer de concordância da Diretora de Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico, bem como o despacho de concordância do Vereador Hugo Luís, ambos datados de 22 de dezembro corrente (ANEXO XIII).-----

--- O Presidente referiu que, por força da alteração da lei e já durante o mandato anterior, os Municípios com Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) devem constituir um fundo de maneio, no valor mensal de cento e cinquenta e três euros e quinze cêntimos, sendo que cem euros são para despesas de aquisição de bens e cinquenta e três euros e quinze cêntimos para aquisição de serviços.-----

--- O Vereador Rogério Costa salientou que, no mandato anterior, fez parte desta Comissão e teve uma experiência riquíssima, tendo constatado o facto da atividade por ela desenvolvida ser muitas vezes desconhecida de grande parte da população. Disse ter verificado a dedicação extrema e a qualidade do trabalho desenvolvido pelos

2  membros que ali exercem funções, lamentando o valor irrisório que é atribuído no âmbito deste fundo de maneo. -----

--- O Presidente reiterou que este valor está definido por lei, mas que, não obstante, esta Câmara Municipal tem vindo também a apoiar várias atividades desenvolvidas pela CPCJ. -----

--- Atenta a Informação prestada, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos do disposto no artigo 32.º, do Regime da Administração Financeira do Estado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho, na sua redação vigente, no artigo 15.º, do Decreto-Lei n.º 18/2016, de 13 de abril, e artigo 10.º, do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua redação atual, bem como o estabelecido no ponto 2.3.4.3 das considerações técnicas do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, e considerando o estabelecido na Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, na sua redação atual, atribuir um fundo de Maneio à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Mafra, para o ano de 2018, no valor mensal de 153,15 € (cento e cinquenta e três euros e quinze cêntimos)). Mais deliberou atribuir ao presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Mafra a responsabilidade pela gestão do fundo de maneo, designadamente no que respeita à administração da verba atribuída, à obtenção dos comprovativos de despesa que deverão ter o número de identificação fiscal do município de Mafra, à entrega destes comprovativos e respetivo Mapa nos serviços de Contabilidade e à reposição do fundo de maneo até 31 de dezembro de cada ano. -----

--- 3. DIVISÃO DE SEGURANÇA E PROTEÇÃO CIVIL:-----

--- 3.1. BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE MAFRA - COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA:-----

--- Presente, em anexo a Informação Interno/2017/17752, sobre a qual recaiu despacho de concordância da Senhora Vereadora, Aldevina Rodrigues, datado de 22 de dezembro de 2017, devidamente instruída com a minuta da segunda adenda ao Protocolo de Colaboração entre o Município de Mafra (MM), o Corpo de Salvação Pública – Bombeiros Voluntários de Mafra – Associação Humanitária de Bombeiros (CSP-BVM-AHB) e o Agrupamento de Associações Humanitárias do Concelho de Mafra (AACHM) (ANEXO XIV).-----

--- O Presidente aditou que, no ano de 2012, face ao desenvolvimento do Concelho em termos de construção de edifícios, se verificou a necessidade de aquisição de uma

ATA DA REUNIÃO DE 29.12.2017

autoescada que, estando adstrita aos Bombeiros Voluntários de Mafra, pudesse servir as três Corporações do Concelho de Mafra. Assim, informou que foi celebrado o protocolo de colaboração entre este Município, o Corpo de Salvação Pública - Bombeiros Voluntários de Mafra - Associação Humanitária de Bombeiros e o Agrupamento de Associações Humanitárias do Concelho de Mafra. Mais informou que, para este efeito, os referidos Bombeiros Voluntários de Mafra apresentaram candidatura no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), a qual foi aprovada, comparticipando em 70% a aquisição da autoescada. Deu nota de que, agora, estes Bombeiros vêm agora informar a Câmara Municipal que, finalizado o processo, foram notificados pela ADeC – Agência para o Desenvolvimento e Coesão, do Ministério da Administração Interna, que deveriam restituir uma verba paga no valor de sessenta mil setecentos e quarenta e três euros e dezassete cêntimos, embora tenham apresentado contestação, esta não foi aceite. Atendendo a que a autoescada está ao serviço de todo o Concelho, disse ser de elementar justiça que não seja esta Corporação a assumir este ónus, pelo que é justificável a adenda ao protocolo então assinado. -----

--- Atenta e Informação prestada, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a celebração da Segunda Adenda ao "Protocolo de Colaboração entre o Município de Mafra (MM), o Corpo de Salvação Pública - Bombeiros Voluntários de Mafra - Associação Humanitária de Bombeiros (CSP-BVM-AHB) e o Agrupamento de Associações Humanitárias do Concelho de Mafra (AACHM)", que permite a transferência de 60.743,17 € (sessenta mil setecentos e quarenta e três euros e dezassete cêntimos) para o Corpo de Salvação Pública - Bombeiros Voluntários de Mafra - Associação Humanitária de Bombeiros, ao abrigo do artigo 2.º, da alínea j), do n.º 2 do artigo 23º, e da alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.-----

--- **III – APROVAÇÃO DE DELIBERAÇÕES EM MINUTA:** -----

--- Nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara decidiu, por unanimidade, aprovar em minuta os assuntos objeto de

deliberação na presente reunião, a fim de as respectivas deliberações produzirem efeitos imediatos. -----

--- **ENCERRAMENTO:** -----

--- Quando eram onze horas e vinte minutos horas, o Presidente deu por encerrada a reunião da qual, para constar, se lavrou a presente ata que o mesmo vai assinar e que eu, Milene Alexandre Milene Alexandre Mourato Leitão Vieira, Chefe de Divisão de Recursos Humanos, redigi e subscrevo. -----

-----

Milene Alexandre Mourato Leitão Vieira

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA****LISTA DE DECISÕES PROFERIDAS NO USO DE
COMPETÊNCIA DELEGADA**

Considerando as competências que foram delegadas pela deliberação camarária de 2017/10/24, anexo a relação respeitante aos despachos proferidos no período de 8 a 20 de dezembro de 2017.

Mafra, 21 de dezembro de 2017.

Presidente da Câmara,

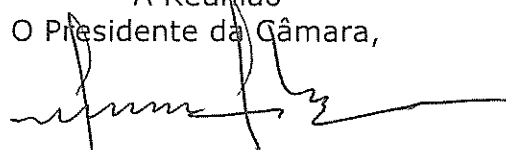
(Hélder António Guerra de Sousa Silva)

PROCESSO		REQUERIMENTO		DESPACHO		REQUERENTE PRINCIPAL	DESCRIÇÃO/LOCAL DA OBRA
TIPO	NÚMERO	DESCRIÇÃO	DATA ENT.	DATA	RESULTADO/RESUMO		
OP	302/2017	LEGALIZAÇÃO DE OBRAS	2017/09/18	2017/12/14	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	ARNALDO ADERITO CARVALHO JOÃO	LEGALIZAÇÃO DE APLICAÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, ALTERAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE MOINHO PARA APOIO HAB. E CONST. CHURRASQUEIRA, PISCINA E CABINE ELÉTRICA RUA VOLTA DO MOINHO, N.º 6-QUINTAS
OP	188/2017	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2017/11/20	2017/12/14	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDIÇÕES	DÁRIO SENIÃO DIAS	ALTERAÇÃO E APLICAÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR RUA CASAL MONTE LEITE, N.º 18-MAVEIRA
OP	142/2017	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2017/11/13	2017/12/13	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	HENRIQUE DOS SANTOS BATALHA	CONSTRUÇÃO DE TELHEIRO PARA RECOLHA DE VIATURAS
OP	215/2016	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2017/11/06	2017/12/18	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDIÇÕES	HERNANDEZ DA GANDELA - SOCIEDADE AGRO-PECUÁRIA, LDA	RUA DOS ESTEIOS, LOTE F - MAFRA
OP	347/2017	LICENCIAMENTO (ARQ + ESP OU LEGALIZAÇÃO)	2017/10/31	2017/12/13	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDIÇÕES	HERNANI FRANCO-CONSTRUÇÕES UNIPERSONAL, LDA	CONSTRUÇÃO DE CONDOMÍNIO HABITACIONAL AVENIDA PRINCIPAL, N.º 34-CASALS DA SERRA
OP	172/2017	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2017/10/23	2017/12/11	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDIÇÕES	JOSÉ MANUEL DE ALMEIDA ALVES TAVARES	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR E MURTO SOLIVIAL-CHANDEIRÃO
LP	23/2016	ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO	2017/05/29	2017/12/15	D DEFERIDO O PEDIDO/ALTERAÇÃO DE LOTEAMENTO COM CONDIÇÕES	LUIS AFRONSO DOS SANTOS FIDALGO	PEDIDO DE ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 5/2001 RUA TERRA DA EIRA, N.º 61-RIBAMAR
OP	273/2017	LEGALIZAÇÃO DE OBRAS	2017/09/27	2017/12/18	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	SILVÉRIA DE JESUS DUARTE FILIPE	PEDIDO DE ALTERAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE BARREIRA PARA HABITAÇÃO E LEGALIZAÇÃO DE ANEXOS RUA DA ESCOLA PRIMÁRIA, N.º 6 - BOCO
OP	260/2016	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2017/10/31	2017/12/11	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDIÇÕES	SIMPLICIO & JORDÃO-CONSTRUÇÕES, LDA	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR E GARAGEM ALMADA - MAEIRA
OP	123/2017	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2017/12/07	2017/12/18	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDIÇÕES	SUPERFISH - PRODUTOS ALIMENTARES LDA	AMPLIAÇÃO DE EDIFÍCIO INDUSTRIAL ESTRADA VELHA DA AVESSUDA-MAVEIRA
LP	13/2017	ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO	2017/11/22	2017/12/13	D DEFERIDO O PEDIDO/ALTERAÇÃO DE LOTEAMENTO	VALTER JORGE NARCISO NEVES	PEDIDO DE ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO VALE DE SÃO GIÃO - LOTE 82 E 83



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
Departamento de Administração Geral e Finanças
Divisão de Gestão Financeira e Património
Licenciamentos Diversos

Tomei conhecimento.
À Reunião
O Presidente da Câmara,


22/12/17

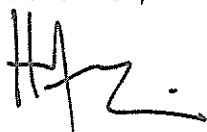
INFORMAÇÃO

Ao abrigo do despacho n.º 49/2017 de 24/10/2017, informo das decisões geradoras de custo ou proveito financeiro por mim proferidas, nos dias 12 e 15 de dezembro de 2017 ao abrigo das competências que me foram subdelegadas, cujo resumo é o seguinte:

Licença especial de ruído	3
Licença de recinto improvisado	1

Mafra, 15 de dezembro de 2017

O Vereador,


(Hugo Moreira Luís)

RELAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS AO ABRIGO DE COMPETÊNCIA SUBDELEGADA

SR. VEREADOR HUGO MOREIRA LUIS

12/12/2017	LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO	CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SÃO SILVESTRE DO GRADIL	ISENTO	DEFERIDO
14/12/2017	LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO	GRUPO MOTARD OS ABOBRAS	ISENTO	DEFERIDO
14/12/2017	LICENÇA DE RECINTO IMPROVISADO	ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DA VILA DA ERICEIRA	ISENTO	DEFERIDO
14/12/2017	LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO	ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DA VILA DA ERICEIRA	ISENTO	DEFERIDO

1

122

1

1

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

PARECER

Concordo. Propenho que o
assunto seja submetido à
reunião do Org. Executivo

2017/12/21

O Vereador,

Concordo com a presente
informação.

21/12/2017

A Diretora de Departamento, *A. Soares*

Concordo com a informação.
Submeto à consideração superior.

21/12/2017

A Chefe de Divisão

Det

DESPACHO

A reunião

22/12/17

O Presidente da Câmara,

Hélder Sousa Silva

(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2017/17648

ASSUNTO: ALARGAMENTO DOS HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE RESTAURAÇÃO E BEBIDAS E DE RESTAURAÇÃO E BEBIDAS COM ESPAÇO PARA DANÇA, NA ERICEIRA E ORLA COSTEIRA DO CONCELHO DE MAFRA DO DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2017 PARA O DIA 1 DE JANEIRO DE 2018

A passagem de ano é uma importante ocasião festiva, sendo a Câmara Municipal a entidade promotora e organizadora do evento que irá realizar-se na Ericeira, no dia 31 de dezembro de 2017.

Ora em conformidade com o n.º 1 do artigo 9.º do Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Município de Mafra, pode a Câmara Municipal, em circunstâncias específicas, nomeadamente em ocasiões festivas, alargar temporária e excecionalmente, o horário de funcionamento dos estabelecimentos previstos nos artigos 3.º e 4.º do citado Regulamento.

*anexo III**J.*



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

Assim, de acordo com o Regulamento já referido, foram solicitados os pareceres às seguintes entidades, conforme se anexa:

- **G.N.R.:** *"No seguimento do solicitado referente ao alargamento do horário de funcionamento dos estabelecimentos de restauração e bebidas com espaço para dança ou salas destinadas à dança na vila da Ericeira e orla costeira do concelho de Mafra, para o dia 31 de Dezembro de 2017 até às 03H00 e 01 de Janeiro de 2018 até às 07H00 é parecer deste Comando que o alargamento do horário até à hora pretendida não é favorável para a ordem, tranquilidade pública e paz social, considerando este Comando que o horário de funcionamento dos referidos estabelecimentos bem como de outros similares não deverá exceder as 02H00 do dia 31 de Dezembro de 2017 e as 03H00 do dia 01 de Janeiro de 2018, possibilitando uma atuação e articulação policial equilibrada na gestão da conflitualidade social inerente à exploração deste tipo de estabelecimentos, ficando contudo à consideração e decisão de V.^a Exa."/;*
- **Serviço de Polícia Municipal:** *"Não existe impedimento por parte do SPM."/;*
- **Junta de Freguesia da Ericeira:** *"No que se refere ao pedido de parecer remetido por V. Exa., tenho a informar de que o nosso parecer é favorável."/;*
- **Junta de Freguesia da Encarnação:** *"... não vê qualquer inconveniente no alargamento do horário de funcionamento na Passagem de ano 2017/2018."/;*
- **Junta de Freguesia de Mafra:** *"...não vê inconveniente no alargamento do horário de funcionamento dos estabelecimentos de restauração, bebidas e espaço para dança nos dias 31/12/2017 e 1/01/2018."/;*

Face ao exposto, propõe-se, salvo melhor entendimento, que o executivo municipal delibere o alargamento do horário de funcionamento, sem dependência de requerimento dos interessados para o efeito e sem necessidade de alteração dos mapas de horários afixados:

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA****Departamento de Administração Geral e Finanças****Divisão de Gestão Financeira e Património**

- a) Dos estabelecimentos de restauração e bebidas na Ericeira, bem como na Orla Costeira do Concelho, desde Ribeira D'Ilhas até à Foz do Lizandro, do dia 31 de dezembro de 2017 até às 03:00 horas do dia 1 de janeiro de 2018;
- b) Dos estabelecimentos de restauração e bebidas com espaço para dança ou salas destinadas a dança, na Ericeira, bem como na Orla Costeira do Concelho, desde Ribeira D'Ilhas até à Foz do Lizandro, do dia 31 de dezembro de 2017 até às 06:00 horas do dia 1 de janeiro de 2018.

20 de dezembro de 2017

À Consideração Superior.

A Assistente Técnica

Sónia Jorge



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

PROPOSTA

Considerando que:

Compete às Autarquias, no âmbito da garantia a assistência a banhistas, em articulação com as autoridades administrantes do domínio público hídrico, nos espaços destinados a banhistas não concessionados, promover o cumprimento do dispositivo de assistência para o período da época balnear, nos termos do disposto no artigo 9.º da Portaria n.º 311/2015, de 28 de setembro, na redação atual, diploma que aprovou o regime aplicável à atividade de nadador-salvador, bem como às restantes entidades que asseguram a informação, apoio, vigilância, segurança, socorro e salvamento no âmbito da assistência a banhistas;

O Município de Mafra tem cerca de 11 quilómetros de costa, pelo que urge salvaguardar a formação de nadadores-salvadores para assegurar a segurança e vigilância das praias do Município, que, atendendo às alterações climáticas, registam, cada vez mais, um maior número de banhistas, mesmo fora da época balnear;

Têm sido registados diversos constrangimentos no cumprimento do dispositivo de assistência a banhistas para o período da época balnear, devido à escassez de nadadores-salvadores devidamente habilitados para o cumprimento dessa função;

O Município dispõe de atribuições, designadamente, quanto à promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, e nos domínios do equipamento urbano e formação profissional, nos termos do n.º 1 do artigo 23.º e alíneas a) e d) do n.º 2 da mesma disposição legal, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 13 de setembro, na redação atual;

Anexo IV



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Sem prejuízo das demais competências legais, o Município de Mafra dispõe de competências, designadamente, quanto a "*(...) formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município(...)*" e quanto à "*(...) concessão de apoio financeiro ou de qualquer outra natureza a instituições legalmente constituídas (...), tendo por objeto o desenvolvimento de atividades culturais, recreativas e desportivas, (...)*" e promoção da "*(...) oferta de cursos de ensino e formação profissional dual, no âmbito do ensino não superior, e apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças*", conforme disposto nas alíneas o), p) e u) do n.º 1, do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

PROPONHO, ao abrigo das supra citadas disposições legais que a Câmara Municipal delibere aprovar o protocolo anexo, que visa a cedência de instalações do **Município de Mafra à Predominante Azul-Associação de Nadadores-Salvadores**, com vista à formação de Nadadores-Salvadores para o concelho de Mafra.

Paços do Município, 22 de dezembro de 2017.

O Presidente da Câmara,

(Helder Sousa Silva)



**PROTOCOLO DE CEDÊNCIA DE UTILIZAÇÃO DE ESPAÇOS DO PARQUE
DESPORTIVO MUNICIPAL DE MAFRA À PREDOMINANTE AZUL –
ASSOCIAÇÃO DE NADADORES SALVADORES**

Considerando que:

Compete às Autarquias, no âmbito da garantia a assistência a banhistas, em articulação com as autoridades administrantes do domínio público hídrico, nos espaços destinados a banhistas não concessionados, promover o cumprimento do dispositivo de assistência a banhistas para o período da época balnear, nos termos do disposto no artigo 9.º da Portaria n.º 311/2015, de 28 de setembro, na redação atual, diploma que aprovou o regime aplicável à atividade de nadador-salvador, bem como às restantes entidades que asseguram a informação, apoio, vigilância, segurança, socorro e salvamento no âmbito da assistência a banhistas;

O Município de Mafra tem cerca de 11 quilómetros de costa, pelo que urge salvaguardar a formação de nadadores-salvadores para assegurar a segurança e vigilância das praias do Município, que, atendendo às alterações climáticas, registam, cada vez mais, um maior número de banhistas, mesmo fora da época balnear;

Têm sido registados diversos constrangimentos no cumprimento do dispositivo de assistência a banhistas para o período da época balnear, devido à escassez de nadadores-salvadores devidamente habilitados para o cumprimento dessa função;

O Município dispõe de atribuições, designadamente, quanto à promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, e nos domínios do equipamento urbano e formação profissional, nos termos do



n.º 1 do artigo 23.º e alíneas a) e d) do n.º 2 da mesma disposição legal, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 13 de setembro, na redação atual;

Sem prejuízo das demais competências legais, o Município de Mafra dispõe de competências, designadamente, quanto a "*(...) formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município(...)*" e quanto à "*(...) concessão de apoio financeiro ou de qualquer outra natureza a instituições legalmente constituídas (...), tendo por objeto o desenvolvimento de atividades culturais, recreativas e desportivas, (...)*" e promoção da "*(...) oferta de cursos de ensino e formação profissional dual, no âmbito do ensino não superior, e apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças*", conforme disposto nas alíneas o), p) e u) do n.º 1, do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

A Predominante Azul – Associação de Nadadores Salvadores, "*(...) tem como fim a formação e desenvolvimento de actividades na área de assistências nas praias.*",

é celebrado o presente Protocolo,

Entre

O MUNICÍPIO DE MAFRA, NIPC 502 177 080 com sede em Praça do Município 2644-001 Mafra,

E



A PREDOMINANTE AZUL – ASSOCIAÇÃO DE NADADORES SALVADORES, NIPC 513 111 247, com sede em Rua dos Bombeiros Voluntários, 2655 Ericeira.

Cláusula Primeira - Objeto

O presente protocolo tem por objeto a cedência de instalações do **Município de Mafra à Predominante Azul-Associação de Nadadores-Salvadores**, com vista à formação de Nadadores-Salvadores para o concelho de Mafra.

Cláusula Segunda – Obrigações do Município de Mafra

- 1) O **Município de Mafra** cede à **Predominante Azul-Associação de Nadadores-Salvadores**, de forma gratuita, e mediante horário previamente estabelecido, a pista da piscina interior e da piscina descoberta do Parque Desportivo Municipal de Mafra, e uma sala para formação teórica, nas mesmas instalações, com vista à formação de Nadadores-Salvadores afetos ao Município de Mafra.
- 2) O **Município de Mafra** contribuirá com um valor de € 100,00 (cem euros), por cada formando, num máximo de 28 (vinte e oito) formandos.

Cláusula Terceira – Obrigações da Predominante Azul-Associação de Nadadores-Salvadores

- 1) A **Predominante Azul-Associação de Nadadores-Salvadores** restituirá ao Município de Mafra os valores das contribuições, casos os formandos não concluem a formação respetiva ou caso não formalizem, com a **Predominante Azul-Associação de Nadadores-Salvadores**, o contrato de Nadador-Salvador afeto ao Município de Mafra;



2) A **Predominante Azul-Associação de Nadadores-Salvadores**, obriga-se, ainda, a:

a) Não utilizar as instalações cedidas para fim diverso daquele a que o presente Protocolo se destina, nem utilizar as mesmas de modo imprudente, responsabilizando-se por quaisquer danos causados nas instalações ou nos equipamentos durante o horário de utilização dos mesmos, excetuando-se os que decorram de um uso normal e prudente;

b) Assegurar o cumprimento das normas previstas no Regulamento das Instalações Desportivas Municipais, designadamente as constantes nos artigos 11.º, 17.º e 18.º;

c) Assegurar a existência de um seguro de responsabilidade civil que abranja os eventuais danos ocorridos nos formandos.

Cláusula Quarta - Materiais e Equipamento de apoio

Quaisquer equipamentos e materiais de apoio eventualmente necessários para a formação dos Nadadores-Salvadores deverá ser assegurado pela **Predominante Azul-Associação de Nadadores-Salvadores**.

Cláusula Quinta - Vigência e Cessação

1) O presente protocolo vigorará pelo período de 3 (três) anos, a contar a partir da data da sua assinatura.

2) Durante o prazo de vigência, poderão ser introduzidas alterações ao presente protocolo, por acordo entre as partes.

3) Antes de decorrido o prazo de vigência, qualquer das partes poderá denunciar o presente protocolo, nomeadamente no caso de incumprimento das obrigações nele assumidas.



Cláusula Sexta - Omissões

Quaisquer omissões e dúvidas suscitadas na interpretação e execução das cláusulas presente protocolo serão dirimidas pelo Presidente da Câmara Municipal de Mafra, ouvida a Predominante Azul-Associação de Nadadores-Salvadores e atenta a legislação aplicável.

O presente Protocolo é elaborado em duplicado, devidamente assinado e rubricado pelas partes signatárias, ficando cada uma com um exemplar.

Mafra, ____ de _____ de 201__

Pelo MM

O Presidente da Câmara Municipal de Mafra

A Direção da Predominante Azul-Associação de Nadadores-Salvadores

---



X

DESPACHO**Considerando que:**

1. Em 07 de maio de 2016, foi constituída a Associação Nacional das Assembleias Municipais (ANAM), a qual tem por objeto a valorização do *"papel das assembleias municipais na organização democrática dos municípios, apoiando e promovendo para o efeito estudos, seminários, congressos e publicações"*, conforme artigo 2.º dos seus Estatutos;
2. A ANAM é uma Associação de direito privado, constituída ao abrigo do disposto no artigo 253.º da Constituição da República Portuguesa e do disposto na Lei n.º 54/98 de 18 de agosto, diploma que prevê a possibilidade dos municípios se poderem associar, designadamente, para efeitos da sua representação institucional junto dos órgãos de soberania e da administração central e da cooperação com esta na participação em organizações internacionais, podendo, ainda, essas associações serem constituídas como pessoas coletivas privadas, nos termos da lei civil;
3. Nos termos do artigo 3.º dos Estatutos da Associação Nacional das Assembleias de Freguesias *"são associados da ANAM os municípios, representados pelos respetivos presidentes de assembleia municipal, cujas assembleias municipais hajam deliberado a sua adesão a esta associação"*, aos quais compete o pagamento de uma quota anual, fixada anualmente pelo Conselho Geral sob proposta da Direção, estando a mesma fixada, para o ano de 2017, em € 1.750,00 (mil, setecentos e cinquenta euros), para os Municípios com mais de 40.000 eleitores, nos termos do disposto na alínea b), do n.º 2, do artigo 4.º dos Estatutos, conforme documentação em anexo, que se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais;
4. Foi rececionada uma comunicação da ANAM, subscrita pelo Presidente da Direção, através da qual foi dado a conhecer que, no dia 31 de maio do corrente ano, foi realizada escritura pública de alteração de



Estatutos da ANAM, aprovada na assembleia-geral de 25 de março de 2017, bem como a possibilidade da expectada adesão do Município de Mafra à ANAM, conforme documentação em anexo, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, defendendo a ANAM, em primeira linha, que a Assembleia Municipal recomende à Câmara Municipal que esta delibere sobre a participação do Município no projeto, propondo à Assembleia Municipal que esta delibere definitivamente a adesão à ANAM;

5. A Assembleia Municipal de Mafra, na sessão de 29 de junho de 2017, deliberou, atento, designadamente, o artigo 25.º, n.º 2, alínea k), do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual "(...) *recomendar à Câmara Municipal que esta elabore e submeta ao órgão deliberativo proposta no sentido da adesão do Município de Mafra à Associação Nacional das Assembleias Municipais (ANAM). Mais deliberou recomendar à Câmara Municipal que a proposta de adesão do Município de Mafra à ANAM seja apresentada pelo órgão executivo à Assembleia Municipal após a aprovação do próximo orçamento municipal que preveja a despesa em causa.*", conforme documentação em anexo, que se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais;
6. Compete à Câmara Municipal "*apresentar propostas à assembleia municipal sobre matérias da competência desta*", conforme previsto no artigo 33.º, n.º 1, alínea ccc), do Anexo I, à citada Lei, podendo, no entanto, em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a Câmara Municipal, o Presidente praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a retificação, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
7. A próxima sessão da Assembleia Municipal de Mafra ocorrerá já no próximo dia 28 de dezembro de 2017, pelo que não será possível reunir extraordinariamente a Câmara Municipal,



DETERMINO, ao abrigo do disposto no artigo 253.º da Constituição da República Portuguesa, no artigo 1.º e seguintes da Lei n.º 54/98, de 18 de agosto e no artigo 25.º, n.º 2, alínea k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, conjugados com o artigo 35.º, n.º 3 do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que seja submetida à apreciação da Assembleia Municipal de Mafra proposta de adesão do Município de Mafra à Associação Nacional das Assembleias Municipais (ANAM), prevista que está a despesa correspondente à quota anual devida no orçamento municipal.

MAIS DETERMINO, que o presente despacho seja presente na próxima reunião de Câmara, nos termos e ao abrigo do disposto no artigo 35.º, n.º 3, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, para efeitos de ratificação.

Paços do Município de Mafra, 22 de dezembro de 2017.

O Presidente da Câmara Municipal,

(Helder Sousa Silva)



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

PROPOSTA

136

14

A reunião
22/12/17.

Assunto: Aquisição de participação social na sociedade da AdTA Águas do Tejo Atlântico S.A..

Em resultado do processo de reorganização do sector de abastecimento de água e de saneamento que o XIX Governo Constitucional levou a cabo, nomeadamente com a publicação da Lei n.º 335/2013, de 11 de junho e do Decreto-Lei n.º 93/2013, de 11 de julho e do Decreto-Lei n.º 9/2015, de 29 de maio, foram constituídas empresas no âmbito do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento de Lisboa e Vale do Tejo.

Com a constituição da empresa Águas de Lisboa e Vale do Tejo SA, onde o município de Mafra passou a integrar o corpo acionista conjuntamente com outros 89 municípios, diluindo-se a participação do Município de Mafra, que na anterior empresa Simtejo – Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, SA, ascendia a 3,5%, na nova empresa essa participação passou a representar apenas 0,81%.

Considerando que nos Estatutos da referida empresa para além da Assembleia Geral, os Municípios acionistas, por direito, estavam representados também no Conselho Consultivo que lhes permitia igualmente fazer-se ouvir a sua opinião.

Em 29 de dezembro de 2015, o Município de Mafra alienou a totalidade das ações que detinha na empresa Águas de Lisboa e Vale do Tejo SA pelo valor de € 1.354.500,00 (um milhão trezentos e cinquenta quatro mil e quinhentos euros).

Com o novo modelo de organização estabelecido pelo atual governo, em resultado da publicação do Decreto-Lei n.º 24/2017, de 24 de março, quer a área de atuação da empresa que se reduziu, abrangendo atualmente apenas 23 municípios, quer o modelo de governação que se alterou com a extinção do Conselho Consultivo, tornou óbvio a necessidade do Município de Mafra de se poder fazer representar na Assembleia Geral da nova sociedade e dessa forma poder fazer-se ouvir a sua opinião sobre os assuntos de interesse, nomeadamente nos aspetos do contrato de concessão que tangem com os investimentos e exploração do sistema na área do Município de Mafra.

Anexo II

Nestes termos o Município, manifestou em todas as reuniões que ocorreram para negociação do modelo de organização das empresas do setor das águas o interesse em voltar a ser acionista, face à alteração das condições e de circunstâncias.

No passado mês de outubro foi oficiado à AdTA Águas dos Tejo Atlântico S.A. o interesse do Município de deter uma participação de € 50.000,00.

Face a que estão reunidas as condições para a referida aceitação para a venda de 50 000 ações próprias ao valor nominal de € 1,00, serve o presente para propor a aquisição da referida participação social, nomeadamente aprovando a celebração de contrato-promessa de compra e venda das referidas ações.

Da presente proposta, logo que deliberada na Câmara, deverá ser solicitado à Assembleia Municipal a autorização para a aquisição de 50.000 ações pelo valor nominal de € 1,00 no valor de € 50.000,00 (cinquenta mil euros) da sociedade na AdTA Águas do Tejo Atlântico S.A. e posteriormente solicitar o visto do Tribunal de Contas.

O Vice-Presidente



(Joaquim Sardinha)

22.dezembro.2017

CONTRATO-PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE AÇÕES

Entre:

ÁGUAS DO TEJO ATLÂNTICO, S.A., com sede social na ETAR de Alcântara, sita na Avenida de Ceuta, 1300-254 Lisboa, com o número de matrícula e de pessoa coletiva 514 387 130, com o capital social de €113.527.680,00, representada neste ato por **ANTÓNIO ALBERTO CORTE-REAL FRAZÃO** e **GRAÇA MARIA NOBRE GUALDINO DIAS TEIXEIRA**, na qualidade de, respetivamente, Presidente e Vogal do Conselho de Administração, adiante designada por **AdTA** ou **PRIMEIRA CONTRAENTE**;

e

MUNICÍPIO DE MAFRA, titular do cartão de identificação de pessoa coletiva número 502 177 080, com sede na Praça do Município, 2644-001 Mafra, representado neste ato pelo Presidente da Câmara Municipal, **HÉLDER ANTÓNIO GUERRA DE SOUSA SILVA**, adiante designado por **Município** ou **SEGUNDO CONTRAENTE**;

Considerando que:

- A) Do capital social inicial da **AdTA** fazem parte 2.521.433 (dois milhões, quinhentas e vinte e uma mil, quatrocentas e trinta e três) ações próprias da sociedade ("AÇÕES PRÓPRIAS");
- B) Quanto à alienação das AÇÕES PRÓPRIAS tem de ser observado o regime do artigo 320.º, n.º 1, do Código das Sociedades Comerciais;
- C) A operação de alienação das AÇÕES PRÓPRIAS tem de ser submetida à autorização dos membros do Governo responsáveis pela tutela setorial e financeira, nos termos do disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro;
- D) Por ofício de 13 de outubro de 2017, o **Município** manifestou à **AdTA** o interesse na aquisição de 50.000 (cinquenta mil) AÇÕES PRÓPRIAS pelo respetivo valor nominal;
- E) A concretização de aquisição de AÇÕES PRÓPRIAS por parte do Município depende de deliberações tomadas pelos órgãos autárquicos competentes – Câmara Municipal e Assembleia Municipal – bem como de concessão de visto pelo Tribunal de Contas;
- F) Por contrato de compra e venda de ações de 14 de setembro de 2017, a **AdTA** adquiriu as ações de que o Município de Cascais era titular na sociedade pelo respetivo valor nominal;



É celebrado o contrato-promessa de compra e venda de ações constante das cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

OBJETO

Pelo presente CONTRATO, o **Município** promete adquirir à **AdTA** 50.000 (cinquenta mil) ações próprias, nominativas, da classe A, sob a forma escritural, com o valor nominal unitário de €1,00 (um euro), que fazem parte do capital social inicial da **AdTA** ("AÇÕES PRÓPRIAS").

Cláusula 2.ª

ONERAÇÕES

As AÇÕES PRÓPRIAS são adquiridas livres de quaisquer ónus, encargos, penhor, garantia real, usufruto, locação, restrição, direito de reversão ou direito de preferência, com exceção do que se encontrar estipulado na lei e nos Estatutos da **AdTA**.

Cláusula 3.ª

PREÇO

O preço devido pela transmissão das AÇÕES PRÓPRIAS é o do respetivo valor nominal.

Cláusula 4.ª

CONTRATO PROMETIDO

O contrato prometido de compra e venda das AÇÕES PRÓPRIAS será outorgado no decurso do ano de 2018, desde que sejam cumpridas todas as seguintes condições:

- a) A observação do regime do artigo 320.º, n.º I, do Código das Sociedades Comerciais;
- b) A emissão da autorização dos membros do Governo responsáveis pela tutela setorial e financeira, nos termos do disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro;
- c) A obtenção de deliberações tomadas pelos órgãos autárquicos competentes – Câmara Municipal e Assembleia Municipal – bem como de concessão de visto pelo Tribunal de Contas.

O presente CONTRATO, composto por 3 (três) páginas, foi celebrado em Lisboa, em xx de xxxxxx de 2017, em 2 (dois) exemplares, ficando um para cada uma das partes.

Pela **PRIMEIRA CONTRAENTE**

Pelo **SEGUNDO CONTRAENTE**

INFORMAÇÃO DE CABIMENTO

Orçamento para o ano de 2017					
Classificação Orgânica	0102		CÂMARA MUNICIPAL		
Classificação Económica	090702		AÇÕES E OUTRAS PARTICIPAÇÕES		
			Sociedades e Quase-Sociedades não Financeiras-Públicas		
Classificação Funcional	4.1.	05	Operações da dívida autárquica		
			Ações e Outras Participações		
N.º Rubrica do Plano	2014	I	80		
			Ano Corrente	2018	2019
				2020	Seguintes
1	Orçamento Inicial		10,00		
2	Reforços / Anulações		50.000,00		
3	Congel. / Descongela. (não aplicável)				
4 = 1 + 2 - 3	Orçamento Corrigido		50.010,00		
5	Encargos Assumidos (a)				
6 = 4 - 5	Saldo Disponível		50.010,00		
7	Despesa Emergente, que fica cativa (b)		50.000,00		
8 = 6 - 7	Saldo Residual		10,00		

Data: 2017/12/22 Numero de lançamento no diário do orçamento: 11294

Proposta de Cabimento n.º 2017/3182

AQUISIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA SOCIEDADE DA ADTA - ÁGUAS DO TEJO ATLÂNTICO S.A.

A Chefe de Divisão
Financeira e Património
(Dulce Lourenço)





21

140

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico****Divisão de Ação Social e Apoio Institucional****PARECER**

Concordo. Propouho qe o anuido
Seja presente e zerniaq de
Câmara.

22./12./2017 Aldemir Rocha.

O(A) Vereador(a),

concordo. Propouho qe o
assunto seja objecto de
deliberaçao pelo órgao
executivo.

22/12/2017

O(A) Diretor(a) de Departamento,

Alapabel

...../...../.....

O(A) Chefe de Divisão

DESPACHO

A reunião

22./12./17

O Presidente da Câmara,

Hélder Sousa Silva
(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2017/17725

ASSUNTO: Fábrica da Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Encarnação e São Domingos – Apoio financeiro

A igreja de Nossa Senhora da Encarnação, datada do séc. XVI e classificada como Imóvel de Interesse Público pelo Decreto n.º 37 077, DG, I Série, n.º 228, de 29-09-1948, é um importante exemplo representativo do barroco regional, com um retábulo-mor em talha dourada e azulejaria representado cenas da vida da Virgem. Tornou-se paróquia após o terramoto de 1755, sendo ainda hoje destino de romarias sazonais.

Ao longo dos tempos esta igreja foi alvo de várias intervenções de manutenção e restauro, a última no ano de 2013, em que foram efetuadas obras de restauro no interior.

Nesta data este espaço necessita de obras de restauro ao nível do telhado, que se encontram deteriorados devido a infiltrações que colocam em risco a integridade dos restauros realizados no interior e para as quais a Fábrica da Igreja Paroquial de

Anexo VII



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

Divisão de Ação Social e Apoio Institucional

Nossa Senhora da Encarnação e São Domingos, solicitou o apoio da Câmara Municipal.

Nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, cabe à Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos;

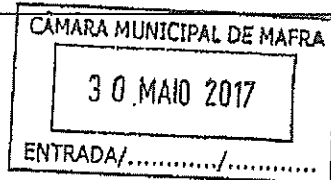
E da alínea t) também do n.º 1 do mesmo artigo, compete à Câmara Municipal assegurar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município;

Assim, propõe-se a atribuição de uma verba no valor de 10 000€ (dez mil euros) à Fábrica da Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Encarnação e São Domingos com vista a apoiar as obras de restauro do telhado da igreja de Nossa Senhora da Encarnação.

Mafra, 20 de dezembro de 2017

A Chefe de Divisão de Ação Social e Apoio Institucional

(Paula Ribeiro)



Encarnação, 23 de Maio de 2017

Assunto: *Apoio às obras do telhado da Igreja Matriz da Encarnação*

A Igreja Matriz da Encarnação é um exemplar ímpar do barroco no Concelho de Mafra e é o único monumento histórico da freguesia que permanece intacto e destinado ao seu uso primitivo.

Tendo sido objecto de várias intervenções de restauro no seu interior – a última em 2013 – a Igreja Matriz da Encarnação precisa agora de restaurar o telhado, para a boa preservação do seu interior.

Na verdade, verificaram-se várias infiltrações no tecto da Igreja, bem como «chuva directa» nalguns lugares, como por exemplo na sacristia, que põem em risco a integridade dos restauros interiores já realizados. Por isso mesmo as obras do telhado tornaram-se urgentes. E começaram precisamente no princípio do mês de Maio do corrente ano.

Esta obra foi entregue ao Sr. Mota, da Carvoeira e foi orçamentada em 68.000 euros. Para custear este valor as pessoas da freguesia têm já realizado várias pequenas iniciativas, como venda de arroz-doce, rissóis, e outras iguarias regionais, etc. Planeia-se também para Agosto a realização de Festas a Nossa Senhora da Encarnação cujos lucros serão também revertidos para o telhado da Igreja Matriz. Para além disso, contamos já com o apoio da Comissão de Festas de Nossa Senhora da Nazaré, da Caixa Agrícola de Mafra, e de vários particulares que se tornaram benfeitores desta obra.

Neste sentido, gostaríamos de pedir o apoio da Câmara Municipal de Mafra para as obras neste imóvel, único na freguesia, e de inegável importância no meio do riquíssimo património arquitectónico e cultural que caracteriza o nosso Concelho.

Certos do melhor acolhimento desta iniciativa,
Subscrevemo-nos com toda a consideração e gratidão,

O Pároco,



João Vergamota
João Vergamota

INFORMAÇÃO DE CABIMENTO

Orçamento para o ano de		2017					
Classificação Orgânica	0102		CÂMARA MUNICIPAL				
Classificação Económica	080701		INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS Instituições Sem Fins Lucrativos				
Classificação Funcional	2.5.3.	0101	Outras atividades cívicas e religiosas Transferências de Capital				
N.º Rubrica do Plano	2014	I 87					
			Ano Corrente	2018	2019	2020	Seguintes
1	Orçamento Inicial			10,00			
2	Reforços / Anulações			157.500,00			
3	Congel. / Descongel. (não aplicável)						
4 = 1 + 2 - 3	Orçamento Corrigido			157.510,00			
5	Encargos Assumidos (a)			120.000,00			
6 = 4 - 5	Saldo Disponível			37.510,00			
7	Despesa Emergente, que fica cativa (b)			10.000,00			
8 = 6 - 7	Saldo Residual			27.510,00			

Data: 2017/12/22 Numero de lançamento no diário do orçamento: 11275

Proposta de Cabimento n.º 2017/3176

CABIMENTO PRÉVIO PARA: "COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE NOSSA SENHORA DA ENCARNÇÃO E SÃO DOMINGOS, PARA OBRAS DE RESTAURO NA IGREJA".

A Chefe de Divisão
Financeira e Património
(Dulce Lourenço)

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA****Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico****Divisão de Ação Social e Apoio Institucional****PARECER**

Concordo. Propouho que o assunto
seja presente a reunião de
Conselho.

22./12./2017 *Adriano Rodrigues*

O(A) Vereador(a),

Concordo. Propouho que o
assunto seja objecto de
deliberações pelo órgão
executivo.

22./12./2017

O(A) Diretor(a) de Departamento,

deleapabel

...../...../.....

O(A) Chefe de Divisão

DESPACHO

A reunião

22./12./17

O Presidente da Câmara,

[Signature]

(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2017/17728

ASSUNTO: Fábrica da Igreja Paroquial de São Miguel de Alcaíça – Apoio financeiro

Os primeiros registos relativos à igreja de São Miguel de Alcaíça datam do final do século XIII tendo, no início do século XVII, sido substancialmente alterada, passando a integrar um teto de caixotões e azulejaria nas paredes. A capela-mor foi aumentada para albergar um retábulo em talha.

Esta igreja foi declarada Imóvel de Interesse Público pelo Decreto n.º 35 817, DG, 1.ª série, n.º 187, de 20-8-1946.

No sentido de preservar este exemplo do património histórico e religioso são necessárias obras de requalificação do edifício, tendo a Fábrica da Igreja Paroquial de São Miguel de Alcaíça solicitado o apoio da Câmara Municipal.

Nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, cabe à Câmara Municipal deliberar sobre as

Anexo VIII



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

Divisão de Ação Social e Apoio Institucional

formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos;

E da alínea t) também do n.º 1 do mesmo artigo, compete à Câmara Municipal assegurar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município;

Assim, propõe-se a atribuição de uma verba no valor de 20 000€ (vinte mil euros) à Fábrica da Igreja Paroquial de São Miguel de Alcainça com vista a apoiar as obras de requalificação da igreja.

Mafra, 21 de dezembro de 2017

A Chefe de Divisão de Ação Social e Apoio Institucional

(Paula Ribeiro)



PARÓQUIA DE
SÃO MIGUEL DE ALCAINÇA
MAFRA

144

Exmo., Senhor Presidente
Câmara Municipal de Mafra

São Miguel Alcainça, 21 de Dezembro de 2017

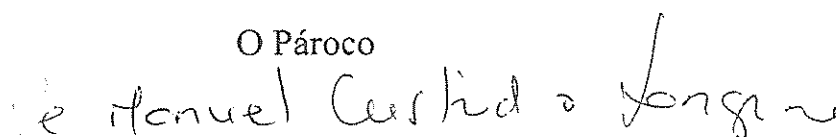
Exmo. Senhor

Está a Paróquia de São Miguel de Alcainça a realizar obras de requalificação na cobertura, teto falso e interiores na Igreja Paroquial, as quais irão nos custear cerca de € 30.000,00.

Solicitamos assim, o apoio financeiro da Câmara para podermos concluir as obras.

Com os meus cumprimentos

O Pároco


(Pe Manuel Custódio Langane)

INFORMAÇÃO DE CABIMENTO

Orçamento para o ano de 2017						
Classificação Orgânica	0102	CÂMARA MUNICIPAL				
Classificação Económica	080701	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS Instituições Sem Fins Lucrativos				
Classificação Funcional	2.5.3. 0101	Outras atividades cívicas e religiosas Transferências de Capital				
N.º Rubrica do Plano	2014 I 87					
		Ano Corrente	2018	2019	2020	Seguintes
1	Orçamento Inicial	10,00				
2	Reforços / Anulações	157.500,00				
3	Congel. / Descongel. (não aplicável)					
4 = 1 + 2 - 3	Orçamento Corrigido	157.510,00				
5	Encargos Assumidos (a)	130.000,00				
6 = 4 - 5	Saldo Disponível	27.510,00				
7	Despesa Emergente, que fica cativa (b)	20.000,00				
8 = 6 - 7	Saldo Residual	7.510,00				

Data: 2017/12/22 Numero de lançamento no diário do orçamento: 11276

Proposta de Cabimento n.º 2017/3177

CABIMENTO PRÉVIO PARA: "COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE SÃO MIGUEL DE ALCAINÇA, PARA OBRAS DE RESTAURO NA IGREJA".

A Chefe de Divisão
Financeira e Património
(Dolce Lourenço)





146

2.6.

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico****Divisão de Ação Social e Apoio Institucional****PARECER**

Concordo. Propouho que o assunto
Seja presente a reunião de
Câmara.

22/12/2017 Adenir Godwin

O(A) Vereador(a),

concordo. Proponho que
o assunto seja objecto de
deliberações pelo órgão
executivo.

22/12/2017

O(A) Diretor(a) de Departamento,

Marizabel

...../...../.....

O(A) Chefe de Divisão

DESPACHO

A reunião.

22/12/17

O Presidente da Câmara,

Hélder Sousa Silva
(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2017/17729

ASSUNTO: Paróquia de N.ª Sra. da Assunção da Enxara do Bispo – Apoio financeiro

A Capela do Espírito Santo, localizada na Enxara do Bispo, constitui um valioso exemplar da arquitetura religiosa da Paróquia de Nossa Senhora da Assunção da Enxara do Bispo.

A data da sua fundação é desconhecida sendo que os vestígios mais antigos remontam ao período manuelino, designadamente o portal principal. No reinado de D. Manuel I foi alvo de grandes obras e terá tido anexo um edifício assistencial, hospital ou albergaria.

O terramoto de 1755 provocou a ruína desta capela, no entanto o restauro foi rápido e em 1758 desempenhava funções de igreja matriz.

Pelo seu valor e singularidade, constitui para todo o território da União de Freguesias da Enxara do Bispo, Gradil e Vila Franca do Rosário e do próprio Município, igualmente um valioso exemplar a preservar.

anexo II



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

Divisão de Ação Social e Apoio Institucional

Nesta data verifica-se a necessidade de proceder à realização de obras de restauro devido a várias infiltrações em toda a Capela, tendo a Fábrica da Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Assunção da Enxara do Bispo, solicitado o apoio da Câmara Municipal.

Nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, cabe à Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos;

E da alínea t) também do n.º 1 do mesmo artigo, compete à Câmara Municipal assegurar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município;

Propõe-se a atribuição de uma verba no valor de 7.500€ (sete mil e quinhentos euros) à Fábrica da Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Assunção da Enxara do Bispo, com vista a apoiar as obras necessárias ao restauro da Capela do Espírito Santo.

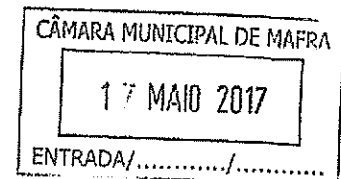
Mafra, 20 de dezembro de 2017

A Chefe de Divisão de Ação Social e Apoio Institucional

(Paula Ribeiro)



PARÓQUIA DE N.ª S.ª DA ASSUNÇÃO
DE ENXARA DO BISPO
2665-053 Enxara do Bispo



Exmº Senhor Presidente da

Câmara Municipal de Mafra

2640 Mafra

ASSUNTO: RESTAURO DA CAPELA DO ESPÍRITO SANTO

Reunidos o Conselho Económico e Conselho Pastoral desta Paróquia de Enxara do Bispo, com o fim de avaliarem as graves situações que surgiram de infiltrações em toda a Igreja do Espírito Santo e se chegou à conclusão que será necessário urgentemente de se iniciar estas obras de restauro.

Porque obras desta natureza implicam custos elevados vimos necessidade de solicitar o apoio da Câmara Municipal de Mafra de que V.Exª é Presidente.

Dáí que decidimos pedir orçamento para este restauro e que o enviamos para poder apreciar.

Sem mais outro assunto nos despedimos, agradecendo desde já a atenção dispensada.

Enxara do Bispo, 14 de Maio de 2017

O PÁROCO

Pe. Quintino Lourenço da Silva
Padre Quintino Lourenço da Silva

MAPA DE QUANTIDADES

Cliente |
Obra |
Localização |

Capela do Espírito Santo
Substituição de cobertura
Enxara do Bispo- Mafra

38.526,62 €

Preço Total

un Quant. Preço unitário

I. ESTALEIRO

5.983,12 €

1.1. - Montagem manutenção e desmontagem de estaleiro para execução da empreitada, incluindo a montagem, manutenção e desmontagem de máquinas e andaimes, redes provisórias de águas, saneamento e eletricidade, instalações provisórias do pessoal e fiscalização, vedação do recinto da obra, prospeções e reconhecimentos necessários, obtenção de licenças, indemnizações, colocação de placa identificativa e demais trabalhos preparatórios de acordo com a legislação em vigor e o Caderno de Encargos.

un 1,00 5.983,12 € 5.983,12 €

II. DEMOLIÇÕES E INTERVENÇÕES NO EXISTENTE

32.543,50 €

2.1. - Execução de trabalhos de levantamento de telas existentes, incluindo transporte a vazadouro dos produtos restantes e sobranças da demolição.

vg 1,00 12.014,00 € 12.014,00 €

2.2. - Execução de trabalhos de acerto de construção civil na periferia das paredes de bordadura, provenientes da remoção dos telhões existentes.

vg 1,00 4.333,50 € 4333,50 €

2.2. - Fornecimento e aplicação de telhas tipo abacanudo, incluindo cumes e telhões e todos os remates necessários para um bom acabamento.

m2 312,00 45,50 € 14.196,00 €

2.3 - Tratamento e pintura das paredes exteriores e interiores da nave

m2 500,00 6,00 € €

2.4 - Construção de alçapão de fecho da torre

vg 1,00 2.000,00 € 2.000,00 €

TOTAL:

38.526,62 €

Acresce valor de IVA à taxa legal em vigor

INFORMAÇÃO DE CABIMENTO

Orçamento para o ano de 2017	
Classificação Orgânica	0102 CÂMARA MUNICIPAL
Classificação Económica	080701 INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS Instituições Sem Fins Lucrativos
Classificação Funcional	2.5.3. 0101 Outras atividades cívicas e religiosas Transferências de Capital
N.º Rubrica do Plano	2014 I 87

		Ano Corrente	2018	2019	2020	Seguintes
1	Orçamento Inicial		10,00			
2	Reforços / Anulações		157.500,00			
3	Congel. / Descongela. (não aplicável)					
4 = 1 + 2 - 3	Orçamento Corrigido		157.510,00			
5	Encargos Assumidos (a)		150.000,00			
6 = 4 - 5	Saldo Disponível		7.510,00			
7	Despesa Emergente, que fica cativa (b)		7.500,00			
8 = 6 - 7	Saldo Residual		10,00			

Data: 2017/12/22 Numero de lançamento no diário do orçamento: 11280

Proposta de Cabimento n.º 2017/3181

CABIMENTO PRÉVIO PARA: "COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À PARÓQUIA DE N.ª SR.ª DA ASSUNÇÃO DA ENXARA DO BISPO, PARA OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DEVIDO A INFILTRAÇÕES".

A Chefe de Divisão
Financeira e Património
(Dulce Lourenço)



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

Divisão de Ação Social e Apoio Institucional

PARECER

Concordo. Propouso qto o onito
seja presente a reunião do conselho.

22/12/2017

Alcides Rodrigues

O(A) Vereador(a),

Concordo. Propouso qto o
assento seja objecto de
deliberação pelo órgão
executivo.

22/12/2017

O(A) Diretor(a) de Departamento,

Alcides Rodrigues

...../...../.....

O(A) Chefe de Divisão

DESPACHO

A reunião.

22/12/17

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2017/17718**ASSUNTO:** Associação Cultural e Desportiva do Bocal – Apoio financeiro

A Associação Cultural e Desportiva do Bocal nasceu a 27 de abril de 1985 e conta atualmente com cerca de 150 sócios.

Desenvolvem atividade desportiva nas modalidades de futebol, atletismo e aeróbica, sendo que as duas primeiras são modalidades federadas.

Esta Associação pretende abrir a modalidade de futebol aos escalões mais jovens, nomeadamente juniores e iniciados e para isso necessita de colocar relvado sintético no campo de futebol a fim de proporcionar aos seus atletas condições adequadas de aprendizagem e treino, para cuja obra solicitaram o apoio da Câmara Municipal.

Nos termos das alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, cabe à Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente

anexo I



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

Divisão de Ação Social e Apoio Institucional

com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos. Compete-lhe ainda apoiar atividades de natureza social, cultural, educacional, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município;

Propõe-se, na sequência do pedido de apoio formalizado pela Associação Cultural e Desportiva do Bocal, a atribuição de uma verba no valor 70 000€ (setenta mil euros) a esta entidade, para colocação do relvado sintético.

Mafra, 21 de dezembro de 2017

A Chefe de Divisão de Ação Social e Apoio Institucional

(Paula Ribeiro)

Associação Cultural Desportiva do Bocal
Rua das Lavadeiras
Bocal
2665-403 União Freguesias Venda do Pinheiro e
Santo Estêvão das Galés



150

Exmo. Sr.
Dr. Hélder Sousa Silva
Presidente da Câmara Municipal de Mafra

2017-12-21

Assunto: Apoio financeiro

Exmo. Senhor:

A direcção da Associação Cultural e Desportiva do Bocal vem por este meio solicitar o apoio da Camara Municipal de Mafra para a implementação do relvado sintético no nosso parque desportivo.

É do nosso entender que é uma obra fulcral para o desenvolvimento desta pequena aldeia e das aldeias vizinhas. Somos uma associação com 32 anos de existência e sempre no ativo, não somos muitos mas somos unidos e temos conseguido sempre a entrada de elementos novos.

Pensamos conseguir o envolvimento das crianças e seus pais, dos jovens das aldeias vizinhas, quer do nosso concelho quer de concelhos limítrofes para a pratica de desporto, e indiretamente conseguimos manter a restante população em atividade, incluindo os mais idosos com o "vicio" do futebol, o querer ajudar, o estar presente, o querer saber, acreditem que lhes da vida e saúde.

Já demos início a obra e temos conseguido juntar todos os sábados um número interessante de pessoas a ajudar, de todas as idades, já "construímos" um posto médico, muros a volta do campo, fomos executando o que nos é possível, com a oferta da mão-de-obra de todos mas com um custo elevado de material.

Uma associação da nossa dimensão não tem condições financeiras de assumir uma obra destas, como tal solicitamos o vosso apoio.

Esta obra terá um custo aproximadamente de 90.000,00€.

Os custos englobam:

- colocação do relvado e todo o trabalho inerente a sua colocação
- balizas de futebol 11 e futebol 7
- bancos de suplentes
- redes de proteção do recinto
- remodelação dos muros do recinto
- portão do recinto

Envio em anexo os orçamentos do relvado e o das balizas e redes.

Estamos certos que podemos contar com o vosso apoio sabendo que é política do municipio o dinamismo das aldeias e seus representantes e o apoio á atividade desportivo jovem.

Aguardando a resposta de V.Ex.ª, com a possível brevidade, apresento-lhe os meus cumprimentos.

A direcção
Associação Cultural e Desportiva do Bocal
CONTINHA
N.º 123456
Assinatura em 27 de Abril 1985

INFORMAÇÃO DE CABIMENTO

Orçamento para o ano de 2017						
Classificação Orgânica	0102	CÂMARA MUNICIPAL				
Classificação Económica	080701	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS Instituições Sem Fins Lucrativos				
Classificação Funcional	2.5.2. 06	Desporto, recreio e lazer Transferências de Capital				
N.º Rubrica do Plano	2014 I 85					
		Ano Corrente	2018	2019	2020	Seguintes
1	Orçamento Inicial		10,00			
2	Reforços / Anulações		153.200,00			
3	Congel. / Descongél. (não aplicável)					
4 = 1 + 2 - 3	Orçamento Corrigido		153.210,00			
5	Encargos Assumidos (a)		4.000,00			
6 = 4 - 5	Saldo Disponível		149.210,00			
7	Despesa Emergente, que fica cativa (b)		70.000,00			
8 = 6 - 7	Saldo Residual		79.210,00			

Data: 2017/12/22 Numero de lançamento no diário do orçamento: 11277

Proposta de Cabimento n.º 2017/3178

CABIMENTO PRÉVIO PARA: "COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DESPORTIVA DO BOCAL, PARA REQUALIFICAÇÃO DO RELVADO SINTÉTICO".

A Chefe de Divisão
Financeira e Património

(Dulce Lourenço)

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA****Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico****Divisão de Ação Social e Apoio Institucional****PARECER**

Concordo. Propõe-se que o assunto seja apresentado reunião de Câmara.

22./12./2017 Aldemir D. Silva

O(A) Vereador(a),

concordo. Propõe-se que o assunto seja objecto de deliberação pelo órgão executivo.

22./12./2017

O(A) Diretor(a) de Departamento,

delegatável

...../...../.....

O(A) Chefe de Divisão

DESPACHO

A reunião

22./12./17

O Presidente da Câmara,

[Assinatura]

(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2017/17730

ASSUNTO: Grupo Desportivo União Ericeirense – Apoio financeiro

Fundado em 31 de maio de 1955 com a designação Sociedade União Ericeirense, assumiu a designação atual, Grupo Desportivo União Ericeirense, em 15 de julho de 1960.

Atualmente possui cerca de 1300 associados e equipas de futebol 11 e futebol 7, râguebi e patinagem em vários escalões competitivos, bem como jiu jitsu, pilates e gfit – treino personalizado.

O Grupo Desportivo União Ericeirense, participa em várias competições nas diferentes modalidades e escalões abrangendo cerca de 480 atletas.

Com vista a proporcionar aos seus atletas condições adequadas de aprendizagem e treino necessitam requalificar o relvado sintético do campo de futebol, para cuja obra solicitaram o apoio da Câmara Municipal.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

Divisão de Ação Social e Apoio Institucional

Nos termos das alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, cabe à Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos. Compete-lhe ainda apoiar atividades de natureza social, cultural, educacional, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município;

Propõe-se, na sequência do pedido de apoio formalizado pelo Grupo Desportivo União Ericeirense, a atribuição de uma verba no valor 75 000€ (setenta e cinco mil euros) a esta entidade, para apoio à realização de obras de requalificação do relvado sintético.

Mafra, 21 de dezembro de 2017

A Chefe de Divisão de Ação Social e Apoio Institucional


(Paula Ribeiro)



FUNDADO A
1-12-1921

MUNICÍPIO DE MAFRA

Att. Sr. Presidente da Camara Municipal de Mafra

Eng. Hélder Sousa Silva

Exmo Senhor

Vimos por este meio e uma vez mais, solicitar a sua melhor atenção ao nosso Grupo Desportivo União Ericeirense (GDUE) no que às suas infraestruturas diz respeito, nomeadamente ao relvado sintético.

Como é do vosso conhecimento, no corrente ano tomámos a iniciativa de colocar um novo relvado no nosso campo de futebol, não por vaidade, mais por uma necessidade premente, pois o antigo já tinha 16 anos de utilização intensiva.

A obra está concluída, mas ainda não assumimos todos os compromissos com o fornecedor como planeámos.

Somos uma associação com uma função social bem mais abrangente do que meramente desportiva. Somos o clube no nosso Concelho mais vocacionado para as camadas jovens e que menor percentagem do seu orçamento gasta com o futebol sénior.

Essa é a estratégia do GDUE. É para os 350 jovens atletas que frequentam as nossas instalações semanalmente que trabalhamos e que humildemente lidero.

Agradecemos portanto da Câmara Municipal de Mafra para a requalificação das nossas infraestruturas desportivas acima mencionadas, o apoio possível para a dignificação do Grupo Desportivo União Ericeirense e a sua comunidade.

Antecipadamente agradecidos,

(O Presidente da Direção – Mário Claro)

facebook/gdueoficial   Estádio Henrique Tomás Frade
NIF. 501 244 220   Urbanização da Camacha
geral@gdue.pt   2655-302 Ericeira

www.gdue.pt

INFORMAÇÃO DE CABIMENTO

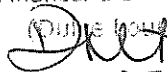
Orçamento para o ano de 2017						
Classificação Orgânica	0102	CÂMARA MUNICIPAL				
Classificação Económica	080701	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS Instituições Sem Fins Lucrativos				
Classificação Funcional	2.5.2. 06	Desporto, recreio e lazer Transferências de Capital				
N.º Rubrica do Plano	2014 I 85					
		Ano Corrente	2018	2019	2020	Seguintes
1	Orçamento Inicial	10,00				
2	Reforços / Anulações	153.200,00				
3	Congel. / Descongela. (não aplicável)					
4 = 1 + 2 - 3	Orçamento Corrigido	153.210,00				
5	Encargos Assumidos (a)	78.165,65				
6 = 4 - 5	Saldo Disponível	75.044,35				
7	Despesa Emergente, que fica cativa (b)	75.000,00				
8 = 6 - 7	Saldo Residual	44,35				

Data: 2017/12/22 Numero de lançamento no diário do orçamento: 11279

Proposta de Cabimento n.º 2017/3180

CABIMENTO PRÉVIO PARA: "COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA AO GRUPO DESPORTIVO UNIÃO ERICEIRENSE PARA REQUALIFICAÇÃO DO RELVADO SINTÉTICO".

A Chefe de Divisão
Financeira e Património
(Dona Lourenço)





24.

155

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico****Divisão de Ação Social e Apoio Institucional****PARECER**

Concordo. Propouso que o assunto
seja apresentado reunião de
Câmara.

22./12./2017

Aldemir Silva

O(A) Vereador(a),

concordo. Propouso que
o assunto seja objecto
de deliberação pelo órgão
executivo.

22./12./2017

O(A) Diretor(a) de Departamento,

Margarida

...../...../.....

O(A) Chefe de Divisão

DESPACHO

A reunião

22./12./17

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2017/17724**ASSUNTO:** Clube Naval da Ericeira – Apoio financeiro

O Clube Naval da Ericeira, fundado em 1978, conta atualmente com cerca de 420 associados e 22 atletas de pesca de alto mar, distribuídos por três classes competitivas. Participam em competições nacionais e internacionais e têm no seu palmarés vários títulos, incluindo o campeonato do mundo bem como o campeão nacional em título.

Localizado junto ao Porto de Pesca da Ericeira, o Clube Naval da Ericeira propõe-se realizar obras de manutenção do referido porto, designadamente, a construção de um segmento de setenta metros para contenção de areias que, na época de inverno, afetam a área da placa e condicionam a circulação das embarcações de pesca e recreio, tendo para tal solicitado o apoio da Câmara Municipal.

Anexo XII



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

Divisão de Ação Social e Apoio Institucional

Nos termos das alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, cabe à Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos. Compete-lhe ainda apoiar atividades de natureza social, cultural, educacional, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município;

Propõe-se, na sequência do pedido de apoio formalizado pelo Clube Naval da Ericeira, a atribuição de uma verba no valor 4.165,65€ (quatro mil cento e sessenta e cinco euros e sessenta e cinco cêntimos) a esta entidade, para apoio à realização de obras.

Mafra, 21 de dezembro de 2017

A Chefe de Divisão de Ação Social e Apoio Institucional

(Paula Ribeiro)

Para: Ana Martins
Assunto: RE: Muro Contensão Areias

De: Clube Naval Ericeira [<mailto:clubenavalericeira@gmail.com>]
Enviada: 20 de dezembro de 2017 19:05
Para: Joaquim Sardinha <JoaquimSardinha@cm-mafra.pt>
Assunto: Muro Contensão Areias

Exmº. Sr. V. Presidente da CMM

Dr. Joaquim Sardinha

No seguimento do solicitado, informamos que em função dos valores apresentados inicialmente, existe uma diferença de 264,65€.

DISCRIMINAÇÃO:

Valor Total da Obra..... 7.088,65€
Comparticipação do CNE....2.923,00€
A Participar pela CMM..4.165,65€

Nota A diferença entre o valor apresentado inicialmente a participar pela CMM - 3.901,00€ e o actual deve-se ao facto de exigências não prevista inicialmente.

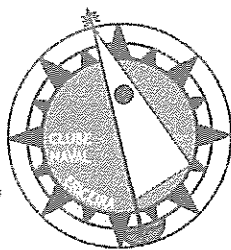
Com os melhores cumprimentos

A Direcção

António Guimarães

.....
Clube Naval da Ericeira
Porto de pesca da Ericeira
2655 Ericeira

www.clubenavalericeira.pt
e-mail: clubenavalericeira@gmail.com
Tel.: 261866111
.....



 CLUBE NAVAL DA ERICEIRA

Ex. Sr. Presidente da C.M.M.
Eng.º. Hélder Silva

Assunto: Muro Contenção de Areias

Como é do conhecimento de V. Exª. o Clube Naval da Ericeira, apresentou ao Concelho de Administração de Doca Pesca a viabilidade de empregar os valores a pagar anualmente, dos títulos de ocupação que possui, nas tão necessárias melhorias portuárias.

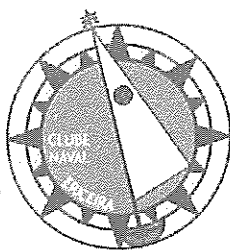
Neste caso concreto e em função dos valores em causa, foi apresentada a possibilidade de ser construído o segmento de 70 metros que faltam na contenção das areias que tanto afetam toda a área da placa, que implica a circulação de embarcações, carros e mesmo pessoas, ficando uma situação caótica quando na altura das chuvas.

Contando com a boa vontade e total disponibilidade de sua Excelência quando na reunião com a Direção desta instituição querendo a CMM ter um papel interventivo neste processo o qual agradecemos desde já, apresentamos os valores finais para a conclusão da referida obra que tem como Técnicos responsáveis a DIMA (Doca Pesca):

Relação de valores:

Mão de obra cofragem.....	2.300€
Ferro.....	750€
Betão e bombagem.....	2.686€
Materiais de adição Sika.....	1.088€
Total valor obra.....	6.824€
Suportado pelo CNE.....	2.923€
Donativo CMM.....	<u>3.901€</u>

Continua,



No sentido de dar cumprimento aos timings previstos, temos como objetivo iniciar a cofragem no próximo sábado dia 2 de Dezembro, e enchimento de betão início/meio da próxima semana.

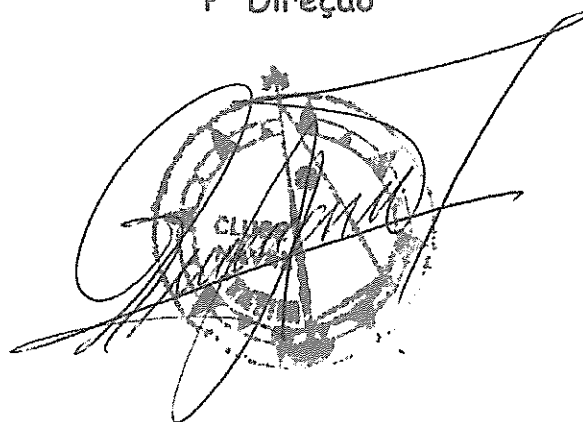
Queremos realçar a extraordinária disponibilidade e cooperação do Sr. V. Presidente da CMM Sr. Joaquim Sardinha neste processo que visa o asseio e bem estar das gentes do Porto Mar da Ericeira.

De forma a darmos continuação e conclusão deste Projeto vimos desta forma solicitar a V. Excelência que se digne a disponibilizar os valores restantes agora apresentados em valores finais.

Sem outro assunto nos despedimos com elevada consideração ficando a aguardar os respetivos valores.

Ericeira, 27 de Novembro de 2017

P' Direção



INFORMAÇÃO DE CABIMENTO

Orçamento para o ano de 2017						
Classificação Orgânica	0102	CÂMARA MUNICIPAL				
Classificação Económica	080701	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS Instituições Sem Fins Lucrativos				
Classificação Funcional	2.5.2. 06	Desporto, recreio e lazer Transferências de Capital				
N.º Rubrica do Plano	2014 I 85					
		Ano Corrente	2018	2019	2020	Seguintes
1	Orçamento Inicial		10,00			
2	Reforços / Anulações		153.200,00			
3	Congel. / Descongela. (não aplicável)					
4 = 1 + 2 - 3	Orçamento Corrigido		153.210,00			
5	Encargos Assumidos (a)		74.000,00			
6 = 4 - 5	Saldo Disponível		79.210,00			
7	Despesa Emergente, que fica cativa (b)		4.165,65			
8 = 6 - 7	Saldo Residual		75.044,35			

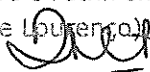
Data: 2017/12/22 Numero de lançamento no diário do orçamento: 11278

Proposta de Cabimento n.º 2017/3179

CABIMENTO PRÉVIO PARA: "COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA AO CLUBE NAVAL DA ERICEIRA, PARA OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE MURO DE RETENÇÃO DE AREIAS".

A Chefe de Divisão
Financeira e Património

(Dulce Lourenço)



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA****Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico****Divisão de Ação Social e Apoio Institucional****PARECER**

Concordo. Propõe-se que o
assunto seja remetido à
reunião do Org. Executivo.

22/12/22

H/Z

O(A) Vereador(a),

Concordo. Propõe-se que
o assunto seja objecto
de deliberação pelo
órgão executivo.
22/12/2017

O(A) Diretor(a) de Departamento,

Beapabel

...../...../.....

O(A) Chefe de Divisão

DESPACHO

A reunião.

22/12/17

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2017/17737**ASSUNTO:** Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Mafra – atribuição de Fundo de Maneio para 2018

A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Mafra visa a promoção dos direitos e a proteção das crianças e jovens residentes no Concelho de Mafra. A sua intervenção é regida pela Lei n.º 147/99 de 01 de setembro, na sua redação atual, que determina, no artigo 14.º, os apoios a prestar pelos Municípios, nos quais se inclui o apoio financeiro traduzido na atribuição de um Fundo de Maneio “destinado a suportar despesas ocasionais e de pequeno montante resultantes da ação das comissões de proteção junto das crianças e jovens, suas famílias ou pessoas que têm a sua guarda de facto, nos termos a definir pela Comissão Nacional”.

Destes termos resulta que cabe ao Município de Mafra constituir um Fundo de Maneio para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Mafra, no valor mensal de 153,15€ (cento e cinquenta e três euros e quinze cêntimos).



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

Divisão de Ação Social e Apoio Institucional

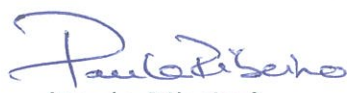
Dando cumprimento ao estabelecido na Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, na sua redação atual e considerando o disposto no artigo 32.º (Despesas em conta de fundos de maneo) do Regime da Administração Financeira do Estado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho, na sua redação vigente, no artigo 15.º (Fundos de maneo) do Decreto-Lei n.º 18/2016, de 13 de abril, e artigo 10.º (Fundo de maneo) do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua redação atual, bem como o estabelecido no ponto 2.3.4.3 das considerações técnicas do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro;

Propõe-se a atribuição de um Fundo de Maneo à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Mafra, para o ano de 2018, no valor mensal de 153,15€ (cento e cinquenta e três euros e quinze cêntimos). Mais se propõe que o presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Mafra seja o responsável pela gestão do fundo de maneo, designadamente no que respeita à administração da verba atribuída, à obtenção dos comprovativos de despesa que deverão ter o número de identificação fiscal do município de Mafra, à entrega destes comprovativos e respetivo Mapa nos serviços de Contabilidade e à reposição do fundo de maneo até 31 de dezembro de cada ano.

Rúbrica	Designação	Valor
020121	Aquisição de Bens	100€
020225	Aquisição de Serviços	53,15€

Mafra, 20 de dezembro de 2017

A Chefe de Divisão de Ação Social e Apoio Institucional


(Paula Ribeiro)



31

160

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
Divisão de Segurança e Proteção Civil

PARECER

Corrado. Pergunto se o
anexo 4º é parte e resto
do Corrado.

22./12./2017

A Vereadora,

(Aldevina Rodrigues)

DESPACHO

A reunião.

22./12./17

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2017/17752

ASSUNTO: Comparticipação ao CSP-BVM-AHB, Operação POVT-12-0435-FCOES-000136

A 23 de Agosto de 2012, o Município de Mafra, o Corpo de Salvação pública – Bombeiros Voluntários de Mafra – Associação Humanitária de Bombeiros (CSP-BVM-AHB), e o Agrupamento de Associações Humanitárias do Concelho de Mafra (AAHCM), firmaram um “Protocolo de colaboração entre o Município de Mafra (MM), o Corpo de Salvação Pública – Bombeiros Voluntários de Mafra – Associação Humanitária de Bombeiros (CSP-BVM-AHB) e o Agrupamento de Associações Humanitárias do Concelho de Mafra (AAACHM)”, tendo em vista titular a cooperação financeira para a aquisição de uma viatura com escada elevatória de 37 metros.

O equipamento em causa afigurou-se, na altura e de forma comprovada no presente, como uma mais-valia no auxílio e socorro das populações estando o mesmo ao serviço das três corporações de Bombeiros Voluntários do Concelho e, ainda, do Serviço Municipal de Proteção Civil.

Essa viatura seria adquirida pelo CSP-BVM-AHB com comparticipação financeira de 70% assegurada no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) – Operação N.º POVT-12-0435-FCOES-000136, e o restante a Cargo do Município de Mafra.

Em 29 de Janeiro de 2016, a Associação foi notificada pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão, do Ministério da Administração Interna, para restituir verba que terá sido paga indevidamente. O valor a ser restituído é de 59.153,49€ (cinquenta e nove mil cento e cinquenta e três Euros e quarenta e nove cêntimos), acrescido de juros de 1.589,68€ (mil quinhentos e oitenta e nove Euros e sessenta e



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
Divisão de Segurança e Proteção Civil

oito cêntimos), num montante total de 60.743,17€ (sessenta mil setecentos e quarenta e três Euros e dezassete cêntimos).

Sendo que a Autarquia assumiu o copagamento do veículo em causa, proponho que seja elaborada segunda adenda ao "Protocolo de Colaboração entre o Município de Mafra (MM), o Corpo de Salvação pública – Bombeiros Voluntários de Mafra – Associação Humanitária de Bombeiros (CSP-BVM-AHB)", assinado à data de 23 de Agosto de 2012, para fazer face a este pagamento.

O Chefe de Divisão,



Rui Martins Rodrigues



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

SEGUNDA ADENDA AO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE MAFRA (MM), O CORPO DE SALVAÇÃO PÚBLICA – BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE MAFRA – ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS (CSP-BVM-AHB) E O AGRUPAMENTO DE ASSOCIAÇÕES HUMANITÁRIAS DO CONCELHO DE MAFRA (AACHM)

Considerando:

1. Que as Corporações de Bombeiros são agentes de Proteção Civil que desempenham um papel determinante, designadamente na prestação de socorro às populações e reconhecendo-se, por conseguinte, que a aquisição pelo Corpo de Salvação Pública – Bombeiros Voluntários de Mafra – Associação Humanitária de Bombeiros, de uma viatura com escada elevatória de 37 metros para o reforço das operações de proteção civil e socorro, se constitui como uma medida fundamental ao desenvolvimento da sua capacidade operacional e ao desempenho das missões que lhes estão cometidas;
2. Que atentas as atribuições dos municípios no domínio da proteção civil, bem como a competência dos órgãos municipais para a realização de investimentos, designadamente no apoio a atividades de interesse municipal, pelos meios adequados, foi celebrado em 23 de Agosto de 2012, um protocolo de colaboração entre as partes contratantes no sentido de proteger os direitos e deveres de cada uma das partes e o uso pela comunidade local do equipamento;
3. Que, pelo referido Protocolo, e atentas as dificuldades financeiras sentidas pela Corporações de Bombeiros, o Município de Mafra assumiu uma comparticipação para o cumprimento dos compromissos assumidos nos números 1 e 3 da Cláusula primeira do mesmo Protocolo cooperando financeiramente na aquisição da supra citada viatura, através da atribuição de um subsídio de 198.731,40€ (cento e noventa e oito mil setecentos e trinta e um euros e quarenta cêntimos), o qual foi entregue ao Corpo de Salvação Pública – Bombeiros Voluntários de Mafra – Associação Humanitária de Bombeiros;
4. Que, em Outubro de 2013, foi firmada entre as partes contratantes uma Primeira Adenda ao Protocolo estabelecido tendo em vista assegurar o pagamento de um diferencial a liquidar pelo Município no valor de 41.402,37€ (quarenta e um mil quatrocentos e dois Euros e trinta e sete cêntimos), correspondentes à alteração no valor da comparticipação do QREN-POVT no referido processo;
5. Que, de acordo com o ofício N.º 48/DR/2017, de 20 de Dezembro de 2017, do Corpo de Salvação Pública – Bombeiros Voluntários de Mafra – Associação Humanitária de Bombeiros, subscrito pelo Presidente de Direção, João Henrique Mendes Mesquita, resulta presentemente na assunção de pagamento de uma verba no valor de 60.743,17€ (sessenta mil setecentos e quarenta e três Euros e dezassete cêntimos), pelo facto desta ter sido paga indevidamente, conforme ofício da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P., de 1 de Janeiro de 2016.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

É celebrado, atento o estabelecido no n.º 2, da Cláusula Oitava do Protocolo inicial e ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 2.º, da alínea j), do n.º 2 do artigo 23º, e da alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, a Segunda Adenda ao Protocolo de Colaboração entre:

O **Município de Mafra**, doravante designado por **MM**, pessoa coletiva 502177080, sita na Praça do Município, 2644-001 Mafra, representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Hélder António Guerra de Sousa Silva,

O **Corpo de Salvação Pública – Bombeiros Voluntários de Mafra – Associação Humanitária de Bombeiros**, doravante designado abreviadamente por **CSP-BVM-AHB**, pessoa coletiva N.º 501144846, sito na Rua dos Bombeiros Voluntários, N.º 1, Juncal-Carapinheira, 2640-308 Igreja Nova, Mafra, representado pelo Presidente de Direção, João Henrique Mendes Mesquita,

O **Agrupamento de Associações Humanitárias do Concelho de Mafra**, doravante designado abreviadamente por **AACHM**, pessoa coletiva N.º 509468888, sita na Rua Américo Veríssimo Valadas, n.º 16, 2644-005 Mafra, representado pelo Presidente de Direção, João Henrique Mendes Mesquita.

O qual se rege pela Cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

(Objeto)

1. O presente Aditamento titula a restante cooperação financeira do MM na aquisição, pelo CSP-BVM-AHB, da viatura com escada elevatória de 37 metros, doravante designada abreviadamente por VEG, no âmbito da candidatura do CSP-BVM-AHB ao Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) – POVT.
2. A cooperação financeira do MM, mencionada no número anterior, consubstancia-se na atribuição de subsídio no valor de 60.743,17€ (sessenta mil setecentos e quarenta e três Euros e dezassete centimos) ao CSP-BVM-AHB.

Cláusula Segunda

(Obrigações do CSP-BVM-AHB)

Para que o MM cumpra o estabelecido na alínea d), da Cláusula Segunda do Protocolo, o CSP-BVM-AHB deve disponibilizar a VEG, pelo período da sua vida útil, ao Serviço Municipal de Proteção Civil e ao AACHM, para ocorrerem a necessidades operacionais verificadas no Concelho de Mafra.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

[Handwritten signature]

Cláusula Terceira

(Omissões)

Quaisquer omissões e dúvidas suscitadas na interpretação e execução das Cláusulas do presente Aditamento serão dirimidas por acordo celebrado entre todas as partes.

Cláusula Quarta

(Vigência e Cessação)

1. O Aditamento produz efeitos a partir da data da sua assinatura.
2. A alteração ou revogação do presente Aditamento dependerá de acordo celebrado entre as partes.

O presente Aditamento é elaborado em triplicado, devidamente assinado e rubricado pelas partes signatárias, ficando cada uma com um exemplar.

Mafra, ____ de _____ de 2018.

**Pelo Município de Mafra,
O Presidente da Câmara Municipal**

_____

**Pelo Corpo de Salvação Pública – Bombeiros Voluntários de Mafra –
Associação Humanitária de Bombeiros,
O Presidente de Direção**

_____

**Pelo Agrupamento de Associações Humanitárias do Concelho de Mafra,
O Presidente de Direção**

_____



164

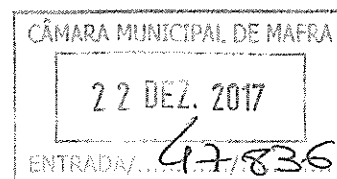
CORPO DE SALVAÇÃO PÚBLICA

BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE MAFRA

ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS

EXMO. SENHOR
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
ENG.º HÉLDER SOUSA E SILVA
PRAÇA DO MUNICIPIO
2460-001-MAFRA

OFICIO N.º 48/DR/2017
Data: 20-12-2017
ASSUNTO: OPERAÇÃO N.º POVT-12-0435-FCOES-000136



Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Eng.º Helder Sousa e Silva,

A Direcção do Corpo de Salvação Pública – Bombeiros Voluntários de Mafra - Associação Humanitária dos Bombeiros, vem por este meio informar V/ Exa. que no âmbito da Operação acima referida onde a Câmara Municipal de Mafra assumiu o compromisso para com esta Associação de pagar a parte correspondente ao valor que correspondia à parte a liquidar por esta Associação, referente à compra do Veículo Escada, para uso não só desta Associação de Bombeiros, mas também para uso das restantes Associações de Bombeiros do Concelho, via Agrupamento de Associações Humanitárias do Concelho de Mafra (AAHCM), bem assim como dos serviços de Protecção Civil Municipal.

Assim e considerando que:

1. No âmbito do projeto acima referenciado a Associação Humanitária dos Bombeiros de Mafra, adquiriu pelo valor de 662.438,00 €, o referido veículo;
2. O valor da comparticipação a fundo perdido por parte do QREN -POVT , correspondeu a um valor de 463.706,60€, sendo o copagamento efetuado por esta Associação, valor este que foi pago pela CM Mafra à Associação, nos termos constantes no protocolo celebrado entre ambas as partes, e o AAHCM.
3. Em 29.01.2016 a Associação foi notificada pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão, do Ministério da Administração Interna de que na operação relativa ao Veículo Escada tinha sido pago indevidamente um montante de 59.153,49€, acrescido de 1.589,68€, de juros, para um montante total de 60.743,17€, em função da alteração de critérios por parte do QREN – POVT relativos à aquisição do equipamento acima referido;
4. Do qual a Associação recorreu;
5. Tendo o recurso sido indeferido.



CORPO DE SALVAÇÃO PÚBLICA

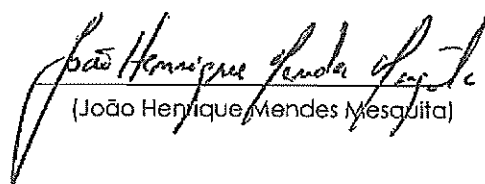
BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE MAFRA

ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS

Assim serve o presente ofício para solicitar a V/Exa, auxílio financeiro para proceder á liquidação do montante em falta de **60.743.17 €**, atendendo as dificuldades de tesouraria pelas quais esta Associação atravessa é nos impossível cumprir com o referido pagamento e assim podermos fechar este processo.

Gratos pela atenção disponibilizada, os nossos respeitosos cumprimentos,
Pede e espera deferimento,

O Presidente da Direcção


(João Henrique Mendes Mesquita)

**AD&C**Agência para o
Desenvolvimento e
Coesão, I.P.Registado com AR
CC à Autoridade de Gestão2016/02/01
chap. 89/16 / ARPara:
Associação Humanitária Bombeiros
Voluntários de Mafra
Av. 25 de Abril
2640-456 MafraNossa referência
UGF/NPF/ha/QREN**Assunto:**

Notificação de Reposição

Operação: POVT-12-0435-FCOES-000136-D01

De acordo com o previsto na alínea c) do n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, na sua atual redação, compete à Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. (Agência, IP) recuperar junto dos beneficiários os montantes que lhes tenham sido indevidamente pagos no âmbito do QREN relativamente aos quais tenha sido a entidade pagadora.

Nos termos do disposto no n.º 2 do Artigo 30º do Regulamento Geral do Feder e do Fundo de Coesão (RGFFC), foram V. Exas notificados pela Autoridade de Gestão do PO VT da constituição da dívida na operação POVT-12-0435-FCOES-000136, no valor de 59 153,49€.

Assim, de acordo com o previsto nos n.ºs 5 e 6 do RGFFC, ficam V. Exas notificados para, no prazo de 30 dias úteis a contar da data de receção deste ofício, proceder à devolução do montante em causa, de acordo com as seguintes instruções:

Banco: Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, IP

Conta: QREN - POVT- FC

IBAN: PT50078101120112001291989

SWIFT: IGCPPTPL

Referência: POVT-12-0435-FCOES-000136

Mais se informa que:

- A presente reposição se enquadra no disposto no n.º 9 do artigo 30º do RGFFC (disponível em www.adcoesao.pt);
- Enquanto não for regularizada a quantia devida por V. Exas., ficarão suspensos os pagamentos no montante do valor em dívida;
- Em caso de incumprimento, proceder-se-á à cobrança do montante devido, acrescido de juros de mora calculados à taxa em vigor para as dívidas fiscais ao Estado, nos termos legalmente previstos, nomeadamente através de processo de execução fiscal.

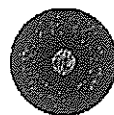


- d) De acordo com o previsto na alínea e) do Artigo 13º do Decreto-Lei n.º 159/2014, a existência de dívidas por regularizar determina a impossibilidade de receber financiamentos no âmbito do PORTUGAL 2020.

Com os melhores cumprimentos,

Margarida Filipe

Vogal do Conselho Diretivo


AD&C

 Agência para o
Desenvolvimento e
Coesão, I.P.

**Plano da dívida e juros da Operação POVT-12-0435-FCOES-000136-D01 de CORPO DE SALVAÇÃO PÚBLICA-
BOMBEIROS VOLUNTARIOS DE MAFRA-ASSOCIAÇÃO HUMANITARIA DE BOMBEIROS**

Valor Da dívida	59.153,49 €
Taxa de Juros anual	4,00%
Data de início do empréstimo	15-04-2017
Pagamento mensal programado	4.049,54 €
Número de Prestações Previstas	15
Total de pagamentos antecipados	0,00 €
Total de Juros	1.589,68 €
Total de Capital + Juros	60.743,17 €

Valor da Garantia a apresentar	60.743,17 €

N.º Prestação	Data da Prestação	Valor em Dívida	Valor em Pagamento (Capital+juros previstos)	Valor Juros previstos	Capital	Juros Grupo AG	Saldo final
1	15-04-2017	59.153,49 €	4.049,54 €	197,18 €	3.852,36 €	0,00 €	55.301,13 €
2	15-05-2017	55.301,13 €	4.049,54 €	184,34 €	3.865,20 €	0,00 €	51.435,93 €
3	15-06-2017	51.435,93 €	4.049,54 €	171,45 €	3.878,09 €	0,00 €	47.557,84 €
4	15-07-2017	47.557,84 €	4.049,54 €	158,53 €	3.891,01 €	0,00 €	43.666,83 €
5	15-08-2017	43.666,83 €	4.049,54 €	145,56 €	3.903,98 €	0,00 €	39.762,85 €
6	15-09-2017	39.762,85 €	4.049,54 €	132,54 €	3.917,00 €	0,00 €	35.845,85 €
7	15-10-2017	35.845,85 €	4.049,54 €	119,49 €	3.930,05 €	0,00 €	31.915,80 €
8	15-11-2017	31.915,80 €	4.049,54 €	106,39 €	3.943,15 €	0,00 €	27.972,65 €
9	15-12-2017	27.972,65 €	4.049,54 €	93,24 €	3.956,30 €	0,00 €	24.016,35 €
10	15-01-2018	24.016,35 €	4.049,54 €	80,05 €	3.969,49 €	0,00 €	20.046,86 €
11	15-02-2018	20.046,86 €	4.049,54 €	66,82 €	3.982,72 €	0,00 €	16.064,14 €
12	15-03-2018	16.064,14 €	4.049,54 €	53,55 €	3.995,99 €	0,00 €	12.068,15 €
13	15-04-2018	12.068,15 €	4.049,54 €	40,23 €	4.009,31 €	0,00 €	8.058,84 €
14	15-05-2018	8.058,84 €	4.049,54 €	26,86 €	4.022,68 €	0,00 €	4.036,16 €
15	15-06-2018	4.036,16 €	4.049,61 €	13,45 €	4.036,16 €	0,00 €	- €

